



PREFEITURA MUNICIPAL

DE

ALTO PARAÍSO/RO

AVISO

Recomendamos aos Licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, formulação das propostas de preços, e documentos de habilitação, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3534-2981





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:002/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1837/2025
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 PREÂMBULO: A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº. 63.762.025/0001-42 com sede à Rua Marechal Cândido Rondon, 3031, Centro, CEP: 76.862-000, Alto Paraíso/RO, representada pelo Prefeito Sr. João Pavan, vem através de sua Pregoeira **Sr. Bruna Quinaia**, designada pelo Decreto Municipal nº **5122/2024**, tornar público para conhecimentos dos interessados, de acordo com a legislação em vigor, que se encontra aberta a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO tipo MENOR PREÇO**, que será julgado por **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por finalidade o “**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**” O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, IN SEGES nº 73/2022, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e Decreto Municipal nº 4646/2023, e demais normas aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida neste Processo Administrativo. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://licitanet.com.br/> e/ou www.altoparaíso.ro.gov.br.

1.1.1 A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 29/01/2026 – Horário: 10h:00min (Horário de Brasília). As propostas poderão ser enviadas até a data e horário limite da Abertura da Sessão.

Valor total estimado: R\$ 154.639,11 (Cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e onze centavos).

LOCAL: <https://licitanet.com.br>

Pregoeiro/Agente de Contratação (a): Bruna Quinaia

1.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1.3 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.4 DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.4.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo Nº 1837/2025** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.4.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

1.4.3 Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas Licitantes, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens.

2 DO OBJETO, PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO.

2.1 OBJETO: “SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.”

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – <https://licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no ANEXO II deste Edital (Termo de Referência) e neste Edital prevalecerão às últimas;

2.3 DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

2.3.1 Os prazos e locais de entrega estão descritos no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital, o qual foi devidamente aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesa do órgão requerente;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.3.2 O recebimento ficará sob a responsabilidade da Comissão de Recebimento, nomeada pela contratante, que receberá **provisoriamente e definitivamente** em cumprimento das formalidades legais assinando a nota fiscal/fatura tudo de acordo com o previsto no Termo de Referência.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 164, Parágrafo Único.

3.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via e-mail através do endereço: **cpl.altoparaíso.ro.gov.br**, ou através da plataforma do **licitanet** dentro do campo próprio (ao transmitir via e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (69) 3534-2981), ou ainda, alternativamente, protocolar o original junto a Prefeitura de Alto Paraíso/RO, no horário das 07h:30min às 13h:30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, na Rua Marechal Cândido Rondon, 3031, Centro, CEP: 76.862-000.

3.3.1 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada, preferencialmente, via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do sistema eletrônico do site **www.licitanet.com.br**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

3.3.2 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.3.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço: **www.licitanet.com.br**, nos termos do Art. 164, Parágrafo Único.

3.3.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.3.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/pregoeiro, nos autos do processo de licitação, conforme § 2º, do artigo 16, da IN SEGES nº 73/2022.

3.3.6 As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos às licitantes que tenham adquirido o Edital.

3.3.7 ADENDO MODIFICADOR é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Adendo Modificador, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido.

3.3.8 NOTA DE ESCLARECIMENTO é o documento emitido pela Administração, contendo informações





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

que não causem alteração na formulação das propostas;

3.3.9 **ERRATA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo implicar ou não na formulação das propostas, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente estabelecido.

3.3.10 **AVISO DE REABERTURA** é o documento emitido pela Administração Pública, podendo ou não reabrir o prazo inicialmente.

3.3.11 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e divulgados nos sítios eletrônicos www.licitanet.com.br, opção “**licitação**”, disponíveis para consulta por qualquer interessado.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação, **somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País**, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação, constantes do Edital e seus anexos.

4.1.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

4.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

4.3. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

4.4.1. Para tais efeitos será sempre interpretado que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

4.5. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO às empresas que:

4.5.1. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados no Sistema de Licitações Online, por meio do site <https://licitanet.com.br/>;

4.5.2. As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.5.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

4.5.4. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

Plano avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00

4.5.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.5.6. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, nem a Prefeitura de Alto Paraíso, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.5.7. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.6 Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

4.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7 O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10 O disposto nos itens **4.6.2** e **4.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.12 A vedação de que trata o item **4.6.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

5.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.2. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06 (versão atualizada).

5.3. No ato de envio de sua proposta, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123 (versão atualizada) e que a Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

5.4. Relativamente aos artigos 3º, 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006 (versão atualizada) que tratam do enquadramento e habilitação, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da empresa, a licitante deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos.

5.5. O favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar permite à licitante entregar a documentação que contenha possível restrição, devidamente sanadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por mais cinco dias, quando for o caso, para efeito de assinatura de contrato.

5.6. Para os efeitos deste Edital, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

5.6.1. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido previsto no art. 3º, §4º e seguintes da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.6.2. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.3. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.4. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

5.6.5. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

5.6.6. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (versão atualizada);

5.6.7. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.8. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.9. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.10. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 05 (cinco) anos-calendário, anteriores;

5.6.11. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7. O Sistema verificará automaticamente junto a Receita Federal o porte da Empresa que atende os requisitos do artigo 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/2006 (versão atualizada).

5.8. A optante pelo simples nacional está vedada a utilização dos benefícios do Regime Tributário Diferenciado, conforme o Artigo 17, Inciso XII, e Artigo 30, inciso II da Lei Complementar nº 123 de 2006, em atendimento ao entendimento esposado pelo TCU no Acórdão 797/2011 (Plenário).

6. DAS CONDIÇÕES E PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 ALTERADA PELA LC 147/2014.

6.1 Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

6.2 No ato do cadastramento no sistema <https://licitanet.com.br/>, em campo próprio do sistema, a microempresa e a empresa de pequeno porte deverá declarar, sob as penas da Lei, que cumprem os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6.3 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na LC nº 123, de 2006, mesmo que a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da **proposta** a partir da data da liberação do Edital no site <https://licitanet.com.br/>, até a abertura do certame, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

7.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

7.3 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, as Licitantes deverão REGISTRAR suas propostas de preços, no campo próprio do sistema, incluindo marca, modelo, quantidade e o preço (conforme solicitado), até a data e hora marcada para a abertura da sessão.

7.4 Após a abertura da sessão pública, a proposta apresentada será irretratável e irrenunciável e não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro/agente de contratação para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas;

7.5 As propostas registradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

7.6 Caso seja identificada pelo Pregoeiro qualquer menção de marca, que leve a IDENTIFICAÇÃO da proponente, a proposta poderá ser **DESCLASSIFICADA** antes ou posterior à fase de lances.

7.7 Incumbirá ao licitante, ainda, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.8 A proposta inserida, seus lances, bem como a proposta impressa protocolada (caso solicitada) será considerada pela Administração com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação e caso não seja expressa outra validade pelo licitante, será considerado com anuência intrínseca do proponente.

7.9 O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto ou quaisquer outras condições descritas **no sistema Licitanet e as especificações constantes no MODELO DE CARTA PROPOSTA e EDITAL**, prevalecerão às duas últimas.

7.10 Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, os quais deverão compor sua proposta.

8. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1 Imediatamente após o encerramento da etapa de lances, da sessão pública virtual, o detentor da melhor oferta deverá encaminhar **os documentos de habilitação exigidos no edital e Proposta de Preços devidamente ajustada em conformidade com o lance eventualmente ofertado, sob pena de**





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

desclassificação da empresa, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) minutos. quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 Até o prazo limite para envio dos documentos, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.4 Após encerrado o prazo para o envio dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, Art. 39. § 4º IN SEGES nº 73/2022.

8.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.1 8.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de julgamento das propostas, nos termos do §5º do art. 18 da Instrução Normativa SEGES/ME 73, de 30 de setembro de 2022. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

9.1 O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de “**MENOR PREÇO POR ITEM**”





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

9.2 O desconto ofertado no lance deverá ser aplicado proporcionalmente a todos os itens da planilha.

10. DO MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.5. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro/agente de contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E CRITÉRIOS DE DESEMPATE.

11.1. A partir da data e horário previstos e em conformidade com o estabelecido neste Edital, o pregoeiro/agente de contratação abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no EDITAL.

11.2. O pregoeiro/agente de contratação poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos **(podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente)**, DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

11.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

11.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o pregoeiro obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ a proposta.**





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

11.3.1. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de julgamento.

11.3.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3.3. A proposta de preços será considerada manifestadamente inexequível, conforme previsto no art. 34 da IN 73/22.

11.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.5. Será desclassificada a proposta que identifique os licitantes.

11.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site: <https://licitanet.com.br/>, conforme Edital.

11.7. Todas os licitantes poderão apresentar lances para os **ITENS** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

11.7.1. Assim como será lançado na proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado pelo valor total do item, os lances serão ofertados observando-se as seguintes condições:

11.7.2. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.8. A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” serão feitos pelo pregoeiro/agente de contratação, a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema “Licitanet”, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

11.9. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

11.9.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

11.9.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

11.10. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

11.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

11.12. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

11.13. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro/agente de contratação poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

11.13.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

11.13.2. O proponente que encaminhar o lance com valor manifestadamente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta **DECLASSIFICADA** na fase de julgamento;

11.14. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

11.14.1. O pregoeiro/agente de contratação, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

11.14.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>.

11.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances de **01 (um) a 15 (quinze) minutos**, determinado pelo pregoeiro/agente de contratação, de acordo com a comunicação às licitantes, emitido pelo próprio Sistema Eletrônico.

11.16. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

11.17. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

11.18. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA LICITANET**;

11.19. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem (art. 60, Lei 14.133/21).

I – Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

II – Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

12. DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema licitanet, devendo o pregoeiro/agente de contratação examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, apurado pelo Departamento de Compras, bem como, se o valor unitário e total se encontra com no máximo 02 (duas) casas decimais;

12.1.1. O Pregoeiro/agente de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

12.1.2. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro/agente de contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.2. Serão realizadas, sem interrupções, tantas rodadas de negociação forem necessárias para obtenção do melhor preço para a administração através do “chat mensagem” do sistema, podendo o Pregoeiro/agente de contratação determinar ao representante, prazo máximo de 05 (cinco) minutos para resposta do chat, sendo que este tempo poderá ser concedido quantas vezes for necessário ou até que se esgotem as ofertas por parte da Licitante.

12.3. Caso a licitante não negocie o valor proposto, através do CHAT MENSAGEM, no prazo de 05 (cinco minutos), o Pregoeiro/agente de contratação poderá desclassificar a licitante no item, cujo preço seja superior ao estimado para a contratação, valores apurados pelo Departamento de Compras do Município.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

13. DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA, DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS COMPLEMENTAR.

13.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

13.2. Poderá ser desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme previsto no art. 59, inciso III, da Lei 14.133/2021.

13.2.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

13.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

13.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5. Após o encerramento da etapa de lances a licitante melhor classificada será convocada para o envio da proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, e documentações complementares (caso necessário), estes que deverão ser enviados no prazo máximo de **02 (duas) horas, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO (IN 73/2022);**

13.6. A proposta enviada via sistema, após convocação do Pregoeiro, deverá obedecer às condições previstas no item 12 e subitens do Edital.

13.6.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA LICITANET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word,. Zip, .doc, .docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO;

13.6.1.1. A PREGOEIRO CONVOCARÁ SOMENTE 01 (UM) ÚNICO ITEM PARA ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA LICITANET, ONDE TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE PARTICIPANDO.

13.6.2. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

13.8. Considerando que o sistema Licitanet, tem a opção de que a licitante melhor classificada realize a assinatura eletrônica de sua proposta atualizada com o último valor de lance ofertado pelo licitante no sistema, caso a licitante opte por assinar a proposta por meio do sistema, será dispensado o envio por meio de anexo.

13.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

13.12. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

13.13. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

14. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

14.1. Concluída a fase de JULGAMENTO da(s) proposta(s) classificada(s) em primeiro lugar quanto às especificações do produto e compatibilidade do preço, a pregoeira verificará, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>)

14.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

14.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.1.4. SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

14.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor deverá diligenciar para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (art. 29, da IN 03/2018).

14.1.7. A tentativa de burla pode ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (art. 29, § 1º da IN 03/2018).

14.1.8. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação. (art. 29, § 2º da IN 03/2018).

14.1.9. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

15.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas por arquivo eletrônico ou digitalizada, em língua portuguesa, em 01 (uma) via, sem ressalva, rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, rubricada, em todas as páginas e assinadas na última, pelo responsável ou procurador da licitante, contendo as condições exigidas nos subitens abaixo, sob pena de desclassificação.

15.2. As propostas de preços deverão conter as seguintes informações

15.2.1. Dados da Empresa: Razão Social e CNPJ, endereço completo, telefone, fax, endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG, e cargo na empresa; e ainda as informações bancárias (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento);

15.2.2. Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

15.2.3. Descrição detalhada do objeto e demais condições conforme o Termo de Referência, ANEXO II;

15.2.4. Prazo para entrega: Conforme especificações no termo de referência.

15.2.5 Preço unitário e cálculo total de cada item, em algarismos arábicos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO II) deste Edital;

15.2.5.1 No preço ofertado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

15.3 O cadastramento e posterior envio da proposta de preços e lances, bem como a concordância na fase de negociação, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

15.4 A unidade requisitante PODERÁ a qualquer tempo, solicitar documentos complementares para melhor comprovação da especificação dos itens ofertados, sendo que para isso as empresas serão CONVOCADAS formalmente pelo sistema, em prazo determinado pelo pregoeiro para o encaminhamento.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

15.5 O não envio da proposta de preços (se convocada) ou a não manutenção do último lance/proposta classificada, ensejará à licitante as sanções previstas neste Edital e nas Normas que regem este Pregão.

15.6 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

15.7 A aceitação da licitante ocorrerá após o término do prazo máximo, proposto para envio das propostas.

15.8 Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo pregoeiro, via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação; Ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício, no caso de sociedade civil,
- b) Documentos de identificação contendo **RG e CPF** do(s) sócio(s) ou sócio administrador;
- c) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (**RG e CPF**);
- d) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- e) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

16.1.1. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

- e) Comprovante da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.
- f) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

16.3.1 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa **Falência** e/ou **Concordata** ou de **Recuperação Judicial** – Lei nº 11.101/05 emitida pelo órgão competente, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 60 (Sessenta) dias caso não conste o prazo de validade;
- b) Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) O documento acima devem estar devidamente assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa. O(s) mesmo(s) deverá (ão) ser assinado(s) por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- d) A qualificação econômica-financeira das empresas recém-constituídas que não disponham do primeiro balanço patrimonial poderá ser comprovada através do termo de abertura do balanço e os balanços mensais para que sua situação financeira seja avaliada.

16.3.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Comprovação de Capacidade Técnica Operacional: A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, comprovando aptidão em execução de serviços pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, conforme disposto no art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, Estando às informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade na fase de habilitação, através de diligência.

Entende-se por pertinente e compatível em características, o (s) atestado (s) que contemplem serviços com o objeto deste certame.

16.3.3 DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaração Conjunta conforme Modelo do anexo IV;
- b) Declaração de enquadramento como ME/EPP, MEI, ou equiparada, nos termos da Lei 123/2006 (anexo V).
- c) Declaração Anticorrupção (anexo VI).

Obs.1: As Declarações poderão ser em papel timbrado e estarem devidamente assinadas pelo representante legal da empresa.

Obs.2: Considerando que no momento do cadastro da proposta e envio dos documentos de habilitação no sistema Licitanet, a licitante declara que está de acordo com todas as normas deste edital e





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

legislações pertinentes, caso a licitante realize a assinatura eletrônica, será dispensado o envio da declaração por meio de anexo.

17 DOS RECURSOS

17.1 Após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, sua intenção de recorrer.

17.2 Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (Art. 165, I, da Lei 14.133/2021).

17.3 Os recursos poderão ser protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min. às 13h30min e/ou por e-mail cpl.altoparaíso.ro.gov.br, e/ou na plataforma do **licitanet** em campo próprio do sistema ou **via correio, Sedex** com AR.

17.4 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a preclusão do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

17.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6 A decisão do pregoeiro a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

17.7 Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO à Rua Marechal Cândido Rondon – centro - CEP 76.862-000 - Alto Paraíso/RO, de segunda a sexta-feira das 07h30min. às 13h30min.

17.8 Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

- a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;
- b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura de Alto Paraíso/RO.

17.8.1 Os recursos referidos na alínea “a” do item 17.8, deverão ser interpostos no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação do ato, conforme estabelecido no (Art. 165, I, “d”, da Lei 14.133/2021);

17.8.2 Os recursos referidos na alínea “b” do item 17.8, deverão ser interpostos no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato (Art. 166, da Lei 14.133/2021);

17.8.3 A intimação dos atos será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico;

17.8.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

18 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

18.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

18.2 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

18.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

18.4 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do pregoeiro.

18.5 A Adjudicação e homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/2021.

19 DO PAGAMENTO

19.1 As condições de pagamento estão previstas no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

19.2 A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.

20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 Os recursos necessários para esta contratação estão assegurados no orçamento financeiro na seguinte dotação:

Material de Consumo

Unidade Orçamentária - 02.10.01 SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 249

Material Permanente

Unidade Orçamentária - 02.10.01 SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 4.4.90.52.00

Ficha: 252





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

21 DA INALTERABILIDADE DO OBJETO

21.1 É vedado o recebimento de produtos ou serviços que possuam marca ou características diversas do edital e na proposta, bem como descaracterize de qualquer forma o objeto licitado, salvo por ocorrência de fato superveniente ou por motivo de força maior, devidamente justificado, e aceito pela Administração.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

22.2 Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1 Cumprir e fazer cumprir as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

23.2 Ficam também consignadas as obrigações constantes no Termo de Referência, ANEXO II deste Edital.

24. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

24.1. Comete infração administrativa, conforme dispõe artigo 155, da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa a inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - e.1) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - e.2) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - e.3) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- i) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- j) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

24.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

24.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

24.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

24.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, do item 25.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

24.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, do item 24.8.1 bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, do item 24.8.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

24.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 24.1, “g”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

24.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

24.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

24.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

24.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

24.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

25. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a partir da sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

25.2 Homologado o resultado da licitação, os adjudicatários serão convocados eletronicamente por meio do e-mail, para assinar a ata através do e-mail cadastrado na proposta. O responsável deverá assinar a ata, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

25.3 O prazo estabelecido no item anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

25.4 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer secretaria Municipal da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, em consonância ao disposto no art. 86, §2.º e §3.º da NLLC, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021;

25.5 O fornecimento dos materiais será de forma parcelada e de acordo com as necessidades da contratante;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

25.6 Conforme art.82 incisos IV, VI E VII da Nova Lei de Licitações 14.133/2021, O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

25.7 A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.

25.8 as condições para alteração de preços registrados;

25.9 O registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

25.10 As demais condições referentes à Ata de Registro de Preços estão previstas na Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO VI) deste Edital.

26. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

26.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

26.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

26.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

26.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

26.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

26.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

26.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

26.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

26.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

26.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

27.1 A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO se reserva no direito de:

27.1.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

27.1.2 Revogar por interesse da Prefeitura de Alto Paraíso/RO em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao art. 71, II, da Lei 14.133/2021.

27.2 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

27.3 Ao Pregoeiro ou a Autoridade Competente é facultado, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

27.4 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.5 Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas neste Edital e na Lei 14.133/2021, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo pregoeiro.

27.6 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pela Prefeitura Municipal de Alto Paraíso/RO.

27.7 Na contagem dos prazos deste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

27.8 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

27.9 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura de Alto Paraíso, a finalidade e a segurança da contratação.

27.10 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no Art. 125 da Lei 14.133/2021.

27.11 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

27.12 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

quanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

27.13 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

27.14 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

27.15 Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam as condições constantes na Lei 14.133/2021, IN 73/2022, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

27.16 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados por meio da Internet no site <https://licitanet.com.br/>, e alternativamente no site www.altoparaíso.ro.gov.br;

27.17 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax (69) 3534-2981, ou através do e-mail: cpl@altoparaíso.ro.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso.

27.18 A administração pública municipal, reserva-se o direito de efetuar o reajustamento de preço em conformidade com as normas estabelecidas no art. 25, §7º da Lei 14.133/2021.

28. FORO

28.1 O Foro da Comarca de Ariquemes Estado de Rondônia fica eleito para solucionar as questões atinentes a esta licitação ou a atos dela decorrentes, não prevalecendo qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

29. ANEXOS

29.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I: ETP (ESTUDO TECNICO PRELIMINAR);

ANEXO II: TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO III: MODELO DE FORMULÁRIO DE PROPOSTA;

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO V: MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP/MEI/ E OUTROS.

ANEXO VI: MODELO DE DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO.

ANEXO VII: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

Alto Paraíso – RO, 15 de janeiro de 2026.

Bruna Quinaia
Pregoeira/Agente de Contratação





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Processo Administrativo N.º 1-1837/2025.

Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – **SEMA**.

Estudo técnico preliminar para avaliar a viabilidade e quais os meios possíveis para suprir a presente necessidade de um local adequado para o descarte e tratamento de Resíduos Verdes e Resíduos de Construção Civil - RCC no âmbito do município de Alto Paraíso.

Visando atender a determinação da Instrução Normativa SEDAM nº 05/2025, referente ao encerramento dos lixões. A qual determina que a destinação de Resíduos Verdes e RCC no lixão municipal só poderá ocorrer até a data de 31 de dezembro de 2025, carecendo de alternativa para a destinação destes resíduos.

DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

TAYNARA DO PRADO CUSTODIO

Presidente – Matrícula nº 3873

1. OBJETIVO:

Objetivo Geral:

Implantar um sistema eficiente, simples e de baixo custo para recepção, triagem e aproveitamento dos resíduos da construção civil (RCC) e resíduos verdes, conforme diretrizes do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos.

Objetivos Específicos:

- Implantar um pátio para recebimento, triagem e separação dos resíduos;
- Realizar compostagem de resíduos vegetais para produção de adubo orgânico;
- Classificar e beneficiar RCC em agregados reciclados;
- Reduzir em 30% o volume de resíduos enviados ao aterro;
- Apoiar cooperativas e empreendedores locais;
- Estimular educação ambiental e economia circular.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

O Centro de Triagem, previsto para implantação, de acordo com o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, envolvendo os serviços supra discriminados, seguem elencados detalhadamente nos seguintes documentos técnicos:

- Anexo 1 – Estudo de Viabilidade Econômica;
- Anexo 2 – Memorial Descritivo;
- Anexo 3 – Planta Baixa.

2. JUSTIFICATIVA:

O atual modelo de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos em Alto Paraíso-RO apresenta limitações relevantes, sobretudo no que se refere ao tratamento e à destinação adequada dos resíduos da construção civil (RCC) e dos resíduos verdes. Esses materiais, em grande parte, ainda são descartados de forma precária no lixão municipal, o que acarreta impactos ambientais, sociais e econômicos, como obstrução de sistemas de drenagem urbana, proliferação de vetores de doenças e aumento nos custos com transporte até o aterro sanitário localizado em Ariquemes-RO.

O município de Alto Paraíso está em processo de encerramento do lixão municipal, e atualmente encaminha os resíduos urbanos para o aterro sanitário no município de Ariquemes, através de participação no CISAN. No entanto ainda não possui alternativa viável economicamente e ecologicamente para os resíduos de Verdes e RCC. Na atual data a destinação destes resíduos ocorre de forma precária no antigo lixão municipal, sendo permitida pela SEDAM o descarte até a data de 31 de dezembro de 2025.

Como consorciado do CISAN, o município receberá a partir do início do ano de 2026 o picador florestal para trituração de resíduos verdes e madeiras, equipamento adquirido pelo consorcio que possibilitará a transformação destes resíduos em cavacos e para posterior compostagem dos mesmos. O município deverá em contrapartida fornecer local licenciado e estruturado para utilização do equipamento e deverá promover a compostagem dos mesmos.

A implantação de um Centro de Triagem configura-se como uma medida essencial tanto para atendimento da determinação da SEDAM e ainda para a trituração e compostagem de resíduos verdes no município. Sendo indispensável para a estruturação de um sistema mais eficiente de reaproveitamento, compostagem e reciclagem desses resíduos no próprio município de Alto Paraíso. Considerando que o transporte destes resíduos a outros municípios é inviável e impossibilita o reaproveitamento destes materiais pela comunidade local. Esta iniciativa está alinhada com o cumprimento da determinação da Instrução Normativa nº05/2025 da SEDAM e às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), da Lei Municipal nº 1.502/2022, e contribui diretamente para o cumprimento dos Objetivos de





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11, 12 e 13, voltados à sustentabilidade urbana, consumo responsável e ação climática.

O município de Alto Paraíso/RO pertence a mesorregião central do Estado de Rondônia e pertence ao Território Vale do Jamari, estando localizado a 210 km da capital Porto velho, onde atualmente sua população está estimada em 16.320 habitantes, com IDHM: 0,625 (IBGE, 2022).

Com base em sua população, tem uma geração anual estimada de 6.000 toneladas de RCC e 2.000 toneladas de resíduos verdes, o município tem diante de si uma oportunidade concreta de promover a transformação ambiental, social e econômica por meio da central de triagem. Entre os benefícios esperados estão: a produção de composto orgânico para agricultura familiar e hortas urbanas, a produção de material agregado de concreto para recuperação de pontes e estradas, a redução de ao menos 30% no volume de resíduos encaminhados ao aterro, a economia nos custos logísticos de transporte, a geração de empregos verdes, o incentivo à economia circular e o fortalecimento das práticas de educação ambiental no território municipal.

3. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ETP:

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar para a implantação de um Centro de Triagem de Resíduos no município de Alto Paraíso – RO está fundamentada em diretrizes legais, técnicas, ambientais e sociais, que visam assegurar a eficiência, a sustentabilidade e a conformidade com os instrumentos de planejamento público e de gestão de resíduos sólidos. Dentre as principais diretrizes que orientam a presente iniciativa, destacam-se:

A) Conformidade Legal e Normativa:

Atendimento à Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para fundamentar contratações públicas, assegurando a viabilidade, a adequação e a necessidade da solução proposta;

Observância aos princípios e metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), que preconiza a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos;

Consonância com a Lei Municipal nº 1.502/2022, que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no âmbito do município de Alto Paraíso – RO, e com as metas estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Cumprimento da determinação da Instrução Normativa nº05/2025 da SEDAM, que determina prazos para o encerramento dos lixões, sendo considerado que o município possui autorização para o descarte de forma precária no antigo lixão municipal de resíduos verdes e RCC até a data limite de 31 de dezembro de 2025.

B) Sustentabilidade Ambiental e Inclusão Social:

No Cumprimento da Lei Federal 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), onde estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, com o objetivo de preservar a qualidade do meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Ela trata da gestão ambiental no Brasil e determina que o poder público deve adotar medidas para prevenir e controlar a poluição e promover a conscientização ambiental;

Em convergência com a Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade, que regula o planejamento e o desenvolvimento urbano no Brasil, garantindo a participação da sociedade nas decisões sobre o uso do solo, e incentivando a criação de cidades mais inclusivas e sustentáveis. Ele aborda a regularização fundiária, o acesso à moradia e a mobilidade urbana, com foco na justiça social e no desenvolvimento sustentável;

Promoção de práticas que visem à minimização dos impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos;

Incentivo à compostagem de resíduos verdes e ao reaproveitamento de resíduos da construção civil (RCC), por meio da triagem e beneficiamento desses materiais;

Estímulo à geração de emprego e renda por meio da valorização do trabalho de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, promovendo inclusão produtiva e justiça social.

C) Eficiência Operacional e Economicidade:

Em atendimento ao Decreto Federal Nº 7.746/2012 - Política Nacional de Gestão e Estratégia (PNGE), esse decreto institui a Política Nacional de Gestão e Estratégia e prevê a implementação de gestão estratégica no setor público, com foco na melhoria da eficiência operacional. Ele exige que as organizações públicas desenvolvam planes de ação para melhorar continuamente os processos, a execução de suas atividades e a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais, sempre com o objetivo de alcançar melhores resultados e maior eficácia na prestação de serviços;

Redução dos custos públicos com transporte e disposição final de resíduos em aterros sanitários, por meio da segregação e reaproveitamento local dos materiais;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Otimização do uso de recursos públicos, por meio da implantação de infraestrutura de baixo custo, adaptada à realidade do município, com alto impacto ambiental e social.

D) Fomento à Economia Circular e ao Desenvolvimento Local:

Em consonância com a Lei federal 13.489/2017 - Política Nacional de Logística Reversa, sendo a estratégia de recolher produtos após o uso para que sejam reciclados, reutilizados ou corretamente descartados. Onde estabelece a logística reversa de produtos e embalagens, que visa incentivar a devolução dos produtos pós-consumo para que possam ser reciclados ou reaproveitados em novos produtos. Ela se aplica, por exemplo, a composto orgânico e agregados de concreto, sendo uma excelente medida para fomentar a economia circular.

Incentivo à utilização de resíduos recicláveis e orgânicos como matéria-prima para a produção de agregados de concreto reciclados e composto orgânico, fomentando práticas de economia circular;

Apoio ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais sustentáveis, especialmente voltados à agricultura familiar, à recuperação de áreas degradadas e ao paisagismo urbano.

E) Alinhamento às Agendas Globais de Sustentabilidade:

Contribuição direta para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial:

- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis;
- ODS 12 – Consumo e produção responsáveis;
- ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima.

F) Integração com o Planejamento Estratégico Municipal:

Em observância do Decreto Federal 9.203/2017 - Política de Governança e Gestão de Riscos, que institui a Política Nacional de Governança e Gestão de Riscos, que pode ser aplicada ao planejamento estratégico municipal na área de gestão de resíduos, incluindo a criação de centros de triagem. Ele exige a implementação de sistemas de gestão de riscos que garantam a eficiência das ações e a segurança ambiental nas atividades de reciclagem e triagem de resíduos. Esse decreto também reforça a necessidade de integração entre a gestão pública e a sociedade civil, o que é crucial para que os centros de triagem operem com a participação ativa da comunidade local e para que as ações estejam alinhadas aos objetivos estratégicos da cidade;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Articulação com os instrumentos de planejamento ambiental, urbano e de saneamento básico do município, promovendo a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e o fortalecimento das políticas públicas ambientais.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

O município de Alto Paraíso – RO carece de uma estrutura pública adequada para o tratamento e aproveitamento dos resíduos da construção civil (RCC) e resíduos verdes, como galhos, folhas e restos de poda urbana. Atualmente, esses materiais são coletados sem separação ou controle técnico e, em sua maioria, acabam sendo descartados de maneira precária ou destinados diretamente ao aterro sanitário no município de Ariquemes, o que representa desperdício de recursos e sobrecarga ao sistema público de limpeza urbana.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente de Alto Paraíso, é de 16.320 (dezesesseis mil trezentas e vinte mil) habitantes, conforme dados de 2022 e geração anual superior a 8 mil toneladas desses resíduos, torna-se evidente a necessidade de criar uma solução própria, local e acessível que permita a triagem, o reaproveitamento e a destinação ambientalmente correta desses materiais.

Considerando que o município só possui autorização para realizar o descarte de forma precária no lixão municipal até a data de 31 de dezembro de 2025. A inexistência de um centro de triagem coloca o município em risco ambiental, suscetível a multas e embargos ambientais, e compromete a eficiência da gestão de resíduos no município, encarece o transporte e impede a valorização de resíduos que poderiam ser transformados em insumos úteis, como compostos orgânicos e agregados reciclados.

Ressaltando que, a construção e operação de centro de triagem de resíduos verdes e RCC não é uma atividade economicamente viável, uma vez que os produtos resultantes são de baixo valor comercial e os custos operacionais são elevados. Cabendo a esfera pública a construção e o incentivo operacional por meio da administração pública, de apoio a cooperativas e parcerias com empreendedores regionais.

Assim, a necessidade principal reside na implantação de um Centro Municipal de Triagem que disponha de estrutura física, equipamentos e equipe técnica capazes de atender à demanda da população de forma sustentável, ambientalmente correta, econômica e integrada às políticas públicas ambientais. Essa medida é essencial para viabilizar a logística reversa dos resíduos, ampliar a vida útil dos aterros sanitários e consolidar o gerenciamento de resíduos como política pública estruturada no município.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Diante da análise dos modelos de opções disponíveis na administração pública, a solução que melhor se enquadra para atendimento da atual necessidade municipal consiste na implantação de um Centro Municipal de Triagem de Resíduos da Construção Civil (RCC) e Resíduos Verdes, com capacidade operacional estimada em até 700 toneladas por mês, o que equivale a aproximadamente 8.400 toneladas por ano.

A estrutura será instalada em terreno público com área mínima de 10.000 m², localizado a mais de 300 metros da zona urbana, com acesso viário adequado para veículos de grande porte. O centro será composto por áreas administrativas, operacionais e de apoio, bem como por setores específicos para triagem, beneficiamento, compostagem e armazenamento dos resíduos.

A proposta contempla:

- Galpão de triagem coberto, com baias para separação por tipo de material (concreto, madeira, gesso, orgânicos);
- Área de compostagem de resíduos verdes, com leiras aeradas e sistema de cobertura móvel;
- Equipamentos específicos, como mini-britador, triturador de galhos, peneiras, pá carregadeira e bomba d'água para compostagem;
- Área administrativa modular, com escritório, sala de reunião, vestiários, almoxarifado e recepção;
 - Sistema de segurança e apoio operacional, com cercamento, iluminação solar, vigilância eletrônica e sinalização de segurança.

A operação será realizada por equipe composta por coordenador técnico, operadores, motoristas, auxiliar administrativo e zelador. O modelo de gestão poderá ser público ou misto, com possibilidade de parceria com cooperativas de catadores e empreendedores do município.

Os resíduos da construção civil, após triagem e britagem, serão transformados em agregados reciclados para uso em obras públicas (ex: recuperação de estradas e calçadas). Já os resíduos verdes serão convertidos em composto orgânico, a ser utilizado na agricultura familiar, hortas escolares, projetos paisagísticos e reflorestamento urbano.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Paraíso visa a consolidação de práticas sustentáveis de uso e aproveitamento de recursos naturais para o desenvolvimento local, além de colaborar com economia verde local e a diminuição da pressão sob os recursos naturais, com a reutilização dos materiais tratados. A secretaria entende a construção do local e que o uso de materiais de insumos, máquinas, equipamentos e containers depósitos, permitirá o município a gestão adequada dos resíduos urbanos em convergência com as legislações ambientais.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Além de cumprir as exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da determinação da SEDAM e da legislação municipal, a solução permite ganhos concretos em termos de redução de resíduos dispostos em aterros, economia no transporte, valorização de materiais, geração de empregos verdes e fortalecimento da economia circular local.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO:

Os valores estimados para a aquisição foram obtidos por meio de cotações solicitadas por servidor lotado na Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, responsável pela elaboração da pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 23, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de estimativa de custos no Estudo Técnico Preliminar.

Para efeito de planejamento, definiu-se um valor preditivo com base nas cotações realizadas no ano de 2025, considerando possíveis reajustes decorrentes das variações mercadológicas, garantindo maior precisão e previsibilidade no orçamento.

As cotações contemplam tanto os materiais de construção civil necessários à execução do objeto quanto os containers que serão utilizados como escritório e almoxarifado, assegurando a infraestrutura mínima necessária para o funcionamento do Centro de Triagem de Resíduos. As informações detalhadas sobre valores estimados e empresas pesquisadas encontram-se a seguir, compondo a fundamentação econômica para a contratação.

Ademais, quando da realização das cotações para fins de média para o procedimento licitatório, o departamento de compras irá realizar pesquisa de preços junto ao site governamental do “Portal Nacional de Contratações Públicas” (PNCP, 2025).

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL:

DESCRIÇÃO	MANO CONSTRUÇÕES	CONCRETEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	ARTEC ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
MATERIAL DE CONTRUÇÃO CIVIL	R\$ 82.698,25	R\$ 83.885,53	R\$ 73.291,5
Média das 3 empresas	R\$ 79.958,42		

CONTAINER PARA ESCRITORIO:





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

DESCRIÇÃO	AÇO FÁCIL	CONTAINER LOC LOCAÇÃO DE CONTAINERS LTDA	KONTAINERS CONSTRUÇÕES INTELIGENTES LTDA
CONTAINER PARA SER USADO COMO ESCRITORIO COM BANHEIRO INLCUSO	R\$ 60.000,00	R\$ 58.500,00	R\$ 45.000,00
Média das 3 empresas	R\$ 54.500,00		

CONTAINER PARA ALMOXARIFADO:

DESCRIÇÃO	AÇO FÁCIL	CONTAINER LOC LOCAÇÃO DE CONTAINERS LTDA	KONTAINERS CONSTRUÇÕES INTELIGENTES LTDA
CONTAINER PARA SER USADO COMO ALMOXARIFADO	R\$ 70.000,00	R\$ 58.500,00	R\$ 30.000,00
Média das 3 empresas	R\$ 31.833,33		

7. LOCALIZAÇÃO

Critério	
Tamanho do terreno	10.000 m ²
Distância da zona urbana	≥ 300 m (zonas mistas ou industriais)
Acesso viário	Acesso para caminhões de até 20 t
Proximidade de áreas rurais	Ideal para distribuição do composto
Legalidade fundiária	Área pública pertencente a prefeitura

8. ESTRUTURA FÍSICA E LAYOUT

8.1. Área Administrativa (modular)

A área administrativa do Centro de Triagem tem como principal função garantir o suporte organizacional, técnico e logístico para o pleno funcionamento das atividades operacionais, bem como assegurar o controle, o monitoramento e a gestão adequada dos processos internos e externos da unidade. Sendo composta pelos seguintes setores:





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

- Escritório 2,44 x 6,05 m (contêiner adaptado);
- Sala de reuniões e treinamentos;
- Banheiro;
- Recepção e pequeno almoxarifado.

8.2. Área Operacional

A área operacional é o núcleo funcional do Centro de Triagem, onde ocorrem todas as atividades práticas de recebimento, triagem, beneficiamento e destinação final dos resíduos sólidos da construção civil e dos resíduos verdes (galhos, folhas, podas, gramas). É nesta área que os materiais são transformados de passivos ambientais em insumos reutilizáveis. Sendo composta por:

- Galpão de acumulação coberto 2,44 x 12,19 m (02 - containers marítimos)
- Baías de separação (concreto, madeira, gesso, orgânicos);
- Pátio de manobra e descarga (solo compactado ou britado);
- Mini britador fixo ou móvel;
- Triturador de galhos (com compartimento fechado);
- Área para peneiramento e armazenagem de composto.

8.3. Compostagem de Resíduos Verdes

A área de Compostagem tem como principal objetivo transformar os resíduos verdes (provenientes de podas, corte de grama, restos vegetais urbanos e rurais) em composto orgânico de qualidade, destinado à reutilização na agricultura, reflorestamento, jardinagem e projetos urbanos.

Esta área atua como uma alternativa ambientalmente correta à queima e ao descarte em aterros sanitários, atendendo às diretrizes do PNRS (Lei nº 12.305/2010) e às exigências do CONAMA. Tendo sua composição dada por:

- Pátio com base drenante simples (solo compactado ou piso intertravado);
- Baías de compostagem aerada ou leiras viradas manualmente;
- Sistema de cobertura leve (toldo ou lona móvel);
- Espaço para armazenamento de composto e húmus.

8.4. Apoio e Segurança





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

A área de Apoio e Segurança tem como função principal garantir o funcionamento seguro, eficiente e contínuo do centro de triagem, oferecendo suporte logístico, estrutura de vigilância, controle de acesso e espaços voltados à segurança ocupacional, manutenção e bem-estar dos trabalhadores.

Essa área é essencial para assegurar condições adequadas de trabalho, prevenir acidentes e perdas, e manter a integridade física das instalações, dos equipamentos e dos usuários.

- Cercamento com tela e portão de acesso;
- Iluminação com fotocélulas e painéis solares;
- Sistema de Vigilância Eletrônica;
- Abrigo ou sombra para descanso e reuniões operacionais;
- Extintores, sinalização de rotas de fuga e kits de primeiros socorros;
- Sinalização ambiental e de segurança.

9. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Exigências básicas:

- Certidão de Viabilidade Ambiental emitida pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMA;
- Licenciamento Ambiental LP, LI e LO emitida pela SEDAM;
- ART de responsável técnico.

10. SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Compostagem poderá ser usada em áreas públicas, hortas escolares e agricultura familiar;
- Oficinas e visitas escolares no local para conhecimento do processo, objetivando a conscientização ambiental;
- Parceria com cooperativas de catadores locais para triagem;
- Campanhas sobre descarte correto de RCC e Resíduos Verdes.

11. CRONOGRAMA SUGERIDO

Etapas	Duração Estimada
Elaboração de projeto executivo	1 mês
Licenciamento ambiental	1–3 meses
Obras civis e compra de equipamentos	4–6 meses





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Treinamento e instalação	1 mês
Operação inicial	4º mês em diante

12. INDICADORES DE SUCESSO

Indicador	Meta mínima
% de resíduos desviados de aterro	≥ 30%
Volume de composto orgânico gerado	≥ 20 t/mês
Quantidade de RCC reciclado	≥ 200 t/mês
Redução de custo com aterro	≥ R\$ 150.000/ano
Empregos diretos e indiretos gerados	≥ 10

O centro de triagem proposto é:

- Financeiramente enxuto;
- Operacionalmente simples, ideal para gestão mista público-social;
- Ambientalmente estratégico, com forte impacto na redução de resíduos em locais impróprios e aterros.

13. DA PROPOSTA PARA PARCEIROS DO PROJETO - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP)

O Centro Municipal de Triagem de RCC e Resíduos Verdes está em busca de parceiros no setor privado.

Considerando que, são elevados os custos relativos a aquisição da infraestrutura e equipamentos, acrescidos dos custos de manutenção do projeto. E entendendo que, o projeto é deficitário financeiramente, como é comum em serviços públicos de pequeno porte. A compensação virá pelos benefícios ambientais, sociais e econômicos indiretos.

Considerando ainda que, o projeto resultará em produtos prontos para o uso pela sociedade e pela prefeitura municipal, com uma forte base ecológica na sua geração, podendo refletir como compromisso ambiental de empresas parceiras. O centro de triagem gerará 03 tipos de produtos de valor agregado, sendo:

Nº	Produto	Descrição	Destinação
01	Composto Orgânico (adubo)	Material oriundo da compostagem dos resíduos	Agricultura Familiar, hortas urbanas e paisagismo urbano





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		verdes	
02	Entulho limpo de tamanho padronizado	Material de concreto em tamanho de 4 á 6 cm	Recuperação de estradas e cabeceiras de pontes
03	Agregados reciclado de concreto, tijolos e cerâmica	Material granulado que resultam do beneficiamento de resíduos de construção civil	Esses agregados podem ser utilizados em diversas aplicações na construção civil, como pavimentação, obras de saneamento, terraplenagem e até mesmo em concreto estrutural, dependendo das características e das normas técnicas aplicáveis.

Estes produtos, em sua embalagem e/ou no local de utilização, constarão dados do projeto, bem como os parceiros privados. Conforme apresentado abaixo:

PRODUTO Nº01 – COMPOSTO ORGÂNICO (adubo)

Composição do produto Nº01:

Parâmetro	Faixa Típica	Unidade	Observações
Matéria Orgânica	25 a 45	% (base seca)	Alto teor, essencial para melhoria do solo
Carbono Orgânico Total (COT)	15 a 30	% (base seca)	Relacionado à capacidade de retenção de água
Nitrogênio Total (N)	0,8 a 1,5	% (base seca)	Varia conforme o tipo de resíduo e tempo de cura
Fósforo (P2O5)	0,3 a 0,8	% (base seca)	Nutriente essencial ao desenvolvimento vegetal
Potássio (K2O)	0,5 a 2,0	% (base seca)	Alto teor em resíduos de grama e folhas
pH	6,5 a 8,0	-	Levemente alcalino, ideal para agricultura





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Umidade final	30 a 45	%	Recomendado para armazenagem segura
Relação C/N (Carbono/Nitrogênio)	10:1 a 20:1	-	Ideal para composto estável e bem maturado
Condutividade elétrica	< 4,0	mS/cm	Indica baixa salinidade – importante para hortas
Metais pesados (ex: Pb, Cd)	Abaixo dos limites da NBR 13896	mg/kg	Presença mínima ou ausente em compostos vegetais

Apresentação do produto N°01:



PRODUTO N°02 – CONCRETO – Tamanho 4 a 6 cm

Composição do produto N°02:

- Granulometria: 4 a 6 cm
- Origem: Concreto não contaminado, proveniente de demolições

Apresentação do produto N°02:





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PRODUTO Nº03 - AGREGADOS RECICLADOS

Composição do produto Nº03:

- **Componentes:** Fragmentos de concreto, tijolos, cerâmicas
- **Formato:** Granulado, com diversas faixas granulométricas, podendo ser peneirado conforme o uso final.

Apresentação do produto Nº03:



14. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO:

Os itens de consumo a serem adquiridos para suprir as demandas específicas deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam.

A administração buscará a escolha do produto que atendendo de forma satisfatória a demanda a que se propõe, apresente o melhor preço.

A estimativa dos materiais está embasada, conforme os quantitativos solicitados.

O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho, a partir da necessidade da secretaria. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações que constarão no Termo de Referência e na proposta. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações que constarão no Termo de Referência.

O objeto do Presente Estudo Técnico Preliminar terá validade por um período de 12 (doze) meses.

15. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

O Parcelamento da solução é a regra, conforme disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, optou-se pela licitação por itens para que se tenha ampla competitividade, considerando também a qualidade dos materiais.

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

É necessário realizar contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilizar a execução desta demanda, incluindo a consideração dos custos médios de combustíveis nos processos de cada secretaria.

Para a execução plena do objeto e o alcance dos resultados esperados, poderão ser necessárias contratações correlatas de bens e serviços que complementem ou apoiem a implantação e a manutenção do Centro Municipal de Triagem de Resíduos Verdes e RCC.

Entre as principais, destaca-se a necessidade de buscar recursos visando a operação do sistema, como servidores, energia elétrica, combustíveis, equipamentos complementares, sacos de rafia e embalagens dos produtos, para assegurar o pleno desenvolvimento das atividades no local.

Também poderão ser ministradas capacitações e treinamentos para os servidores e a população, abordando temas como funcionamento do Centro, tipos de resíduos recebidos e tratamentos realizados e outros procedimentos concernentes.

17. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente aquisição dos itens está alinhada com a previsão de Planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, uma vez que o Plano anual ainda está em fase elaboração pelo Poder Executivo.

18. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução da presente solução, pretende-se promover a gestão dos resíduos sólidos no município de Alto Paraíso/RO, visando atender as legislações federais, estaduais e municipais.

A ação busca também fomentar o desenvolvimento sustentável, conciliando o crescimento do município e a conservação ambiental. A produção do composto orgânico auxiliara a agricultura de subsistência e de base familiar como vetor de segurança alimentar e fortalecimento da economia local. A produção de agregados de concreto, diminui a pressão sobre novas áreas para extração de cascalho, principalmente no uso em recuperação de vias públicas. Resultando na mitigação dos impactos ambientais dados pelas atividades humanas, gerando estabilidade econômica sustentável para o município.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

A implantação do Centro Municipal de Triagem de Resíduos da Construção Civil (RCC) e Resíduos Verdes visam alcançar resultados concretos e mensuráveis, alinhados às políticas públicas de gestão integrada de resíduos sólidos e aos princípios da sustentabilidade. Os principais resultados esperados são:

1. Ambientais

- Redução mínima de 30% no volume de resíduos destinados ao aterro sanitário;
- Eliminação de pontos de descarte irregular no perímetro urbano e rural do município;
- Diminuição das emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte e disposição final dos resíduos;
- Aumento da vida útil do aterro sanitário regional, por meio da redução do envio de RCC e resíduos verdes.

2. Sociais

- Geração de empregos diretos e indiretos para trabalhadores locais, incluindo cooperativas de catadores;
- Inclusão produtiva por meio da valorização de materiais recicláveis e orgânicos;
- Fortalecimento da educação ambiental, com campanhas voltadas à comunidade e visitas guiadas para escolas.

3. Econômicos

- Economia anual estimada de custos com transporte e disposição em aterro superior a R\$ 150.000,00;
- Produção de insumos reutilizáveis, como composto orgânico e agregados reciclados, para uso em projetos municipais e agricultura familiar;
- Estímulo à economia circular no município, com aproveitamento de resíduos como matéria-prima para novas cadeias produtivas.

4. Institucionais

- Cumprimento das metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- Atendimento às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e da Lei Federal nº 14.133/2021;
- Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente ODS 11, 12 e 13.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

19. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

É importante destacar que a presente aquisição deverá ser precedida de processo licitatório, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Essa aquisição está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, considerando que o plano anual de contratações não é obrigatório. **E** será composta por:

- Elaboração do Termo de Referência com a descrição do item a ser adquirido, juntamente com a dotação orçamentária que custeará a despesa.
- Realização do processo licitatório, utilizando a modalidade de pregão eletrônico através do Sistema de Registro de Preços, visto que o item é classificado como comum.
- Implementar sistema de gestão do Centro, Fiscalização e Execução a ser realizado pelos servidores, sendo estes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMA.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Estudo Técnico Preliminar correrão a através do projeto de atividade abaixo relacionado da seguinte secretaria previsto no orçamento do exercício de 2025:

Material de Consumo

Unidade Orçamentária - 02.10.01 – SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 249

Material Permanente

Unidade Orçamentária - 02.10.01 – SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 4.4.90.52.00

Ficha: 252

O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar terá validade por um período de 12 (doze) meses, podendo ser reavaliado conforme a necessidade da administração pública e os resultados obtidos ao longo da execução do serviço.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

21. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A implantação do Centro Municipal de Triagem de Resíduos da Construção Civil (RCC) e Resíduos Verdes apresenta impactos ambientais positivos predominantes, contribuindo para a sustentabilidade local. Contudo, algumas interferências temporárias poderão ocorrer durante a fase de obras e operação. Abaixo, são descritos os impactos potenciais:

Impactos Ambientais Positivos:

- Redução da disposição irregular de resíduos em áreas urbanas e rurais, prevenindo contaminação do solo e corpos hídricos;
- Diminuição do envio de resíduos ao aterro sanitário, aumentando sua vida útil;
- Valorização de resíduos da construção civil e resíduos verdes, transformando-os em agregados reciclados e composto orgânico;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa pela diminuição do transporte até aterros distantes;
- Promoção da economia circular por meio do reaproveitamento de materiais;
- Produção de composto orgânico para uso em agricultura familiar, hortas urbanas e reflorestamento;
- Fortalecimento da educação ambiental com atividades de conscientização da população.

Impactos Ambientais Negativos (Potenciais e Mitigáveis):

- Emissão de poeira e material particulado durante a movimentação de RCC
Mitigação: umidificação periódica do pátio e controle de tráfego interno;
- Geração de ruído proveniente de maquinário (trituradores e britadores)
Mitigação: uso de barreiras acústicas e horários restritos de operação;
- Risco de lixiviação em áreas de compostagem
Mitigação: implantação de piso drenante e cobertura das leiras;
- Consumo de energia elétrica para funcionamento de máquinas
Mitigação: uso de sistemas fotovoltaicos e iluminação solar;
- Geração de resíduos não recicláveis durante a triagem
Mitigação: destinação adequada para aterro licenciado.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Os impactos negativos são temporários, controláveis e mitigáveis com medidas de gestão ambiental. O empreendimento apresenta predominância de impactos positivos, alinhando-se às diretrizes de desenvolvimento sustentável e ao Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

22. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, por meio de sua equipe de planejamento designada, declara que, após análise detalhada do Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado para a implantação do Centro Municipal de Triagem de Resíduos da Construção Civil (RCC) e Resíduos Verdes no município de Alto Paraíso – RO, a presente contratação se mostra VIÁVEL sob os aspectos técnico, econômico, ambiental e jurídico.

Fundamentação da Viabilidade:

- A proposta atende às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- Contribui para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS);
- Permite ganhos significativos em termos de sustentabilidade ambiental, inclusão social e economia circular;
- Está em conformidade com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU;
- Possui estimativa de custos compatível com o porte do município e com práticas de economicidade;
- Reduz impactos ambientais decorrentes da disposição inadequada de resíduos e amplia a vida útil do aterro sanitário regional.

Diante do exposto, esta Secretaria considera a contratação plenamente VIÁVEL, de modo que a viabilidade técnica está assegurada pela compatibilidade do objeto com a necessidade do município, devendo prosseguir para as etapas subsequentes do processo licitatório, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os Estudos Preliminares evidenciaram que a aquisição em prol da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, assim, diante do exposto, declara-se ser viável a aquisição pretendida





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO:

Trata-se de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO**. A referida aquisição será realizada através de Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços, o mesmo tem amparo legal através da Lei Federal nº. 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº11.462/2023 de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4646, de 22 de março de 2023.

2. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços, na aquisição de material permanente para atender as necessidades da implantação do **Centro de Triagem** da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, por um período de 12 (doze) meses.

3. DETALHAMENTO DO ITENS E QUANTIDADE:

3.1 MATERIAL DE CONSUMO DE CONSTRUÇÃO CIVIL:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
1	Poste de Concreto para Cerca – Modelo Padrão (Sem Curva). Poste de concreto pré-moldado, modelo padrão reto (sem curvatura), destinado à instalação de cercas de arame farpado, arame liso ou alambrado. Com as seguintes características: Altura: 2,10 metros, Seção transversal: 10 cm x 10 cm, concreto usinado com resistência mínima de 20 MPa, Armadura interna em aço CA-50 ou CA-60 conforme norma ABNT NBR 7480, Acabamento liso, isento de falhas e trincas aparentes, Pontas chanfradas para facilitar a instalação no solo, eso estimado por unidade: conforme densidade padrão do concreto (aproximadamente 50 a 60 kg, podendo variar conforme fabricante. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação.	und	500
2	Flange para Tubulação – Diâmetro Nominal 20 mm. Diâmetro nominal: 20 mm (3/4”), Material: PVC, Tipo de flange: lange para válvula/tubo, Acabamento: Superfície lisa, sem rebarbas, Pressão de trabalho: Conforme especificação do sistema hidráulico (mínima 16 bar), Dimensões: Conforme norma técnica (diâmetro externo, diâmetro interno, espessura e número de furos). Conforme a ABNT NBR 10944.	und	6
3	Flange para Tubulação – Diâmetro 40 mm – Classe PN ou Classe ANSI. Especificação: Tipo: flange para válvula/tubo, Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2”), Padrão: Classe PN: PN 10, PN 16 ou PN 25, Classe ANSI: 150 lbs (padrão para PVC), Material: PVC rígido (para redes de irrigação ou hidráulicas), Polietileno (PEAD) para redes de adutoras e recalque, Furação: Conforme norma NBR 7675 (PN) ou ANSI B16.5 (padrão americano), Acabamento: Superfície lisa ou galvanizada (em metais), Resistente à	und	6





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	corrosão e ao desgaste. Conforme a ABNT NBR 7675.		
4	Adesivo (Cola) para Tubos e Conexões de PVC. Tipo: Adesivo solvente para PVC rígido, Composição: Solventes orgânicos com resinas vinílicas, Estado físico: Líquido viscoso, pronto para uso, Cor: Transparente ou azul claro (conforme fabricante), Capacidade da embalagem: 175 g (mínima), Validade: Mínimo 12 meses a partir da data de fabricação, Aplicação: Manual, com pincel aplicador integrado ou separado, Secagem inicial: 10 a 15 minutos. Conforme a ABNT NBR 7653.	tubo	20
5	Registro de Gaveta ou Registro Esfera – Diâmetro Nominal 40 mm (1.1/2"). Tipo: Registro de gaveta ou registro esfera (especificar conforme aplicação), Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2"), Conexão: Soldável ou roscável (conforme modelo), Material: Corpo: PVC rígido, latão cromado, bronze ou ferro fundido (especificar conforme uso), Haste e mecanismo interno: Aço inox ou liga metálica resistente à corrosão, Acionamento: Volante ou alavanca, Pressão de serviço: Mínimo 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a), podendo variar conforme modelo, Temperatura de trabalho: Até 60 °C (em PVC) ou ≥ 100 °C (em metais).	und	3
6	Fita Veda Rosca – Teflon (PTFE) – Uso Hidráulico. Material: 100% PTFE (politetrafluoretileno), Largura: 12 mm (padrão nacional), Comprimento do rolo: 10 m (mínimo), Espessura: Mínima de 0,075 mm (padrão recomendado), Cor: Branco, Temperatura de trabalho: -100°C a +260°C, Resistência à pressão: Até 200 kgf/cm ² , Compatibilidade: Água potável, ar comprimido, gases, vapor, óleos e produtos químicos, Aplicação: Manual, enrolando sobre roscas de conexões.	rolo	20
7	Caixa d'Água em Polietileno – Capacidade 500 Litros, com Tampa. Caixa d'água fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD), de cor azul ou preta, com proteção contra raios ultravioleta (UV), dotada de tampa rosqueável ou de encaixe com travamento, garantindo vedação eficiente. Produto destinado ao armazenamento de água potável em edificações residenciais, comerciais, rurais ou industriais. Características: Capacidade Nominal: 500 litros, Material: Polietileno de alta densidade (PEAD), Cor: Azul (preferencialmente), com tratamento anti-UV, Tampa: Com fechamento por rosca ou encaixe com trava de segurança, Acabamento: Superfície lisa interna e externa, facilitando a limpeza, Resistência: Estrutura resistente a impactos, intempéries e variações térmicas, Atóxica, própria para contato com água potável, Compatível com conexões padrão de saída e entrada de água (rosca de 3/4", 1" ou conforme modelo), Fundo reforçado para evitar deformações. Deve atender às exigências da norma ABNT NBR 14799 (Caixas d'água de polietileno – requisitos e métodos de ensaio). Garantia: Mínimo de 5 anos contra defeitos de fabricação (ou conforme garantido pelo fabricante).	und	2
8	Cimento Portland (Tipo CP II-E-32, ou conforme demanda) – Embalagem de 50 kg. CP II-E-32: Cimento Portland composto com adição de escória, ideal para obras em geral e uso cotidiano na construção civil. Características: Saco de papel kraft triplo com peso líquido de 50 kg, Embalagem resistente e devidamente identificada com lote, validade e tipo do cimento, com informações do fabricante, data de fabricação e número do lote visíveis, Produto conforme norma ABNT NBR 16697, Resistência	saco	30





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	mínima à compressão: 32 MPa (aos 28 dias, para o CP II-E-32), Não deve conter grumos, endurecimento precoce ou apresentar sinal de umidade, Produto com validade mínima de 90 dias a contar da data de entrega. Garantia: contra defeitos de fabricação até a data de validade.		
9	Conector Redução Soldável – PVC – 40 mm x 20 mm. Tipo: Redução soldável, Diâmetro nominal: Entrada: 40 mm, Saída: 20 mm, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Marrom (padrão para água fria), Conexão: Termofusão por solda com adesivo específico para PVC, Pressão de trabalho: Mínima de 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a.), Temperatura de trabalho: Até 45 °C (uso com água fria). Conforme a ABNT NBR 5648.	und	10
10	Tubo de PVC Soldável – Diâmetro 40 mm – Para Água Fria. Tipo: Tubo soldável para água fria, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2”), Comprimento: Barras de 6 metros (padrão), Cor externa: Marrom (padrão para linha soldável), Conexão: Por soldagem química (com adesivo específico para PVC), Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a.) a 20 °C, Temperatura de trabalho: Até 45 °C, Superfície interna: Lisa, para reduzir perdas de carga. Conforme a ABNT NBR 5648.	und	10
11	Tubo Soldável de PVC para Água Fria DN 20 – Diâmetro Nominal 20 mm (3/4”). Tubo de PVC rígido soldável, destinado à condução de água fria sob pressão em instalações hidráulicas prediais. Características: Material: PVC (Policloreto de Vinila) rígido, tipo soldável, Diâmetro Nominal: 20 mm (3/4”), Comprimento: Barras de 6 metros (padrão), Pressão nominal: 7,5 kgf/cm ² (PN 75), Temperatura máxima de serviço: 20°C (em regime contínuo), Extremidades: Lisas, prontas para soldagem química (adesivo PVC), Fabricado conforme ABNT NBR 5648 (Sistema PVC soldável para água fria), Produto novo, isento de rachaduras, bolhas ou deformações, Superfície interna lisa, sem rebarbas, para garantir melhor escoamento. Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.	tubo	30
12	Mangueira para Jardim – 30 Metros, Características: 4 Camadas. Comprimento: 30 metros, Diâmetro interno: 1/2” (12,7 mm) ou 5/8” (15,8 mm), Construção: 4 camadas (dupla camada de PVC com reforço em malha de poliéster e revestimento externo antiabrasivo), Pressão de trabalho: Mínima de 150 lbf/pol ² (10,5 kgf/cm ²), Temperatura de uso: de 5°C a 50°C, Resistência UV: Sim (proteção contra raios ultravioleta), Resistência à torção e dobra: Alta, com memória mecânica para evitar dobras permanentes, com conectores padrão para torneira e engate rápido (rosqueáveis, compatíveis com torneiras 1/2” e 3/4”).	und	3
13	Curva de Esgoto em PVC – 90 graus – Diâmetro 40 mm. Tipo: Curva 90°, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Bitola nominal (DN): 40 mm, Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta lisa (encaixe com bolsa para junta soldável ou anel de borracha, dependendo da linha), Pressão de serviço: Para sistemas de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).	und	10
14	Conexão Tê PVC Esgoto – Diâmetro Nominal 40 mm. Tipo: Tê de esgoto com derivação a 90°, Diâmetro nominal: 40 mm (1.1/2”), Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta soldável (encaixe com adesivo para PVC), Pressão de serviço: Uso	und	5





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	exclusivo em redes de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).		
15	Conexão Tê PVC Esgoto – Diâmetro Nominal 100 mm. Tipo: Tê esgoto com derivação de 90°, Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Branco (padrão para esgoto sanitário), Conexão: Junta soldável (encaixe com adesivo PVC), Pressão de serviço: Escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura máxima de trabalho: Até 45 °C (uso contínuo).	und	5
16	Tampa para Tubulação de Esgoto – Diâmetro 100 mm. Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Material: PVC rígido ou polipropileno de alta resistência, Cor: Branco ou cinza (padrão para redes de esgoto), Tipo: Tampa lisa ou com borda para encaixe seguro na tubulação, Acabamento: Superfície lisa, resistente a impactos e corrosão, Aplicação: Vedação temporária ou definitiva de tubulações de esgoto.	und	10
17	Curva PVC Esgoto – Ângulo 90° – Diâmetro Nominal 100 mm. Tipo: Curva de 90° para esgoto, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta soldável (encaixe com adesivo específico para PVC), Pressão de serviço: Para uso em sistemas de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).	und	10
18	Tubo de PVC para Esgoto DN 40 – Diâmetro Nominal 40 mm. Características: Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Tipo de junta: Encaixe simples (sem anel), para soldagem química, Diâmetro nominal: 40 mm (1 1/2"), Comprimento da barra: 6 metros (padrão), Pressão de serviço: Uso exclusivo para escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de serviço: Até 45°C contínuos. Produto fabricado conforme a norma ABNT NBR 5688.	tubo	8
19	Tubo de PVC para Esgoto DN 100 – Diâmetro Nominal 100mm. Características: Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Tipo de junta: Encaixe simples (sem anel), para soldagem química, Diâmetro nominal: 40 mm (4"), Comprimento da barra: 3 metros (padrão), Pressão de serviço: Uso exclusivo para escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de serviço: Até 45°C contínuos. Produto fabricado conforme a norma ABNT NBR 5688.	tubo	6
2	Treliça soldada em aço 3 metros – Armadura Pré-fabricada. Material: Aço CA-50 ou CA-60 (para concreto armado), com diâmetro nominal das barras conforme projeto (mínima 5 mm), Formato: Malha pré-fabricada em formato retangular ou quadrado, Dimensões padrão: malhas de 2,0 m x 3,0 m, Espaçamento entre barras longitudinais: de 15 cm, Acabamento: Aço com superfície limpa, sem ferrugem excessiva, com passivação natural ou tratamento anticorrosivo opcional. Conforme ABNT NBR 7480.	und	20
21	Tijolo Cerâmico Furado – 6 Furos. Características: Tipo: Tijolo cerâmico furado (6 furos longitudinais), Quantidade de furos: 6, Formato: Retangular, Dimensões aproximadas: Comprimento: 23 cm, Altura: 11 cm, Largura: 7 cm (Tolerância conforme NBR 15270), Peso unitário: Aproximadamente 2,5 kg (pode variar conforme fabricante), Resistência mínima à compressão: $\geq 1,5$ MPa, Absorção de água: entre 15% e 25% (conforme NBR 15270).	milheiro	1





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

22	Mangueira para Irrigação por Gotejamento – Rolo com 200 metros. Características: Tipo: Mangueira de irrigação por gotejamento (gotejadores incorporados), Comprimento do rolo: 200 metros, Diâmetro externo: 16 mm (padrão para gotejo), Material: Polietileno de baixa densidade (PEBD) flexível, resistente à radiação UV, Espessura da parede: $\geq 0,9$ mm, Espaçamento entre gotejadores: 50 cm, Vazão por gotejador: 1,6 L/h ou 2,0 L/h (pressão de operação: 1 bar), Pressão de trabalho recomendada: 1 a 1,5 bar, Resistência a entupimento: Alta, com labirinto turbulento nos gotejadores, Durabilidade: ≥ 2 safras (uso prolongado em campo aberto), Gotejadores injetados diretamente na tubulação (não perfurados posteriormente), Fabricado com resina virgem e aditivo anti-UV,	rolo	2
23	Filtro de Disco para Irrigação – 2 polegadas – Vazão até 30 m ³ /h. Especificações: Tipo: Filtro de disco (elemento filtrante por lamelas/discos empilhados), Conexão: Rosca BSP ou NPT de 2" (polegadas) – macho ou fêmea, Vazão máxima recomendada: 30 m ³ /h (500 L/min), Pressão máxima de trabalho: 8 kgf/cm ² (116 psi), Grau de filtragem (malha equivalente): 120 mesh (125 micra) ou conforme necessidade, Elemento filtrante: Cartucho de discos plásticos empilhados com canaletas para retenção de partículas, Corpo: Polímero termoplástico (polipropileno ou nylon reforçado), resistente a produtos químicos e UV, Vedação: Anel de borracha nitrílica (NBR) ou EPDM, Limpeza: Manual por retrolavagem. Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação	und	1
24	Fio Elétrico Flexível de Cobre – Seção 4 mm ² – Rolo com 50 metros. Especificações: Tipo: Cabo/fio elétrico flexível (classe 4 ou 5), Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 100% cobre, Seção nominal: 4 mm ² , Comprimento do rolo: 50 metros, Isolamento: Composto termoplástico à base de PVC, tipo BWF (antichama), Tensão nominal de operação: 450/750V, Temperatura máxima de operação: 70°C em regime contínuo, Cores disponíveis: Vermelho, preto, azul (conforme solicitado).	rolo	8
25	Caixa de Disjuntores para 6 Módulos. Material: Plástico termofixo (ABS, PVC ou polipropileno) ou aço galvanizado, Capacidade: Espaço para até 6 disjuntores padrão DIN (6 módulos), Dimensões aproximadas: Altura: 300 mm, Largura: 180 mm, Profundidade: 90 mm, Tipo: Embutir ou sobrepor (especificar conforme necessidade), Cor: Branco, cinza ou conforme padrão do cliente, Porta: Transparente ou opaca, com sistema de trava ou fechamento seguro, Proteção: Grau mínimo IP30 (proteção contra corpos sólidos e contato acidental), Fixação: Furos para fixação em parede ou embutir em alvenaria, Suporte interno: Trilho DIN para fixação dos disjuntores. Conforme as ABNT NBR IEC 60947-1 e ABNT NBR IEC 60439-1.	und	6
26	Tomada Elétrica 10 Amperes para sobrepor. Especificações: Corrente nominal: 10 A, Tensão nominal: 127 V ou 220 V (compatível com as redes locais), Tipo de instalação: Sobrepor (caixa externa), Padrão: ABNT NBR 14136 (pino redondo, com sistema de aterramento), Material: Plástico termofixo de alta resistência (antichama e isolante), Contato: Latão ou cobre com acabamento niquelado para melhor condutividade e durabilidade, Dimensões aproximadas: Conforme padrão de mercado para tomadas de sobrepor, Sistema de fixação: Parafusos, com caixa de montagem para	und	15





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	parede ou superfície. Certificação de segurança e qualidade conforme INMETRO ou órgão equivalente.		
27	Conduíte PVC rígido para instalações elétricas – diâmetro nominal 3/4" (19 mm) – rolo com 50. Especificações: Diâmetro nominal: 3/4" (aproximadamente 19 mm), Comprimento: Rolo com 50 metros, Material: PVC rígido flexível, resistente a impacto e agentes químicos, Tipo: Conduíte flexível corrugado (se for rígido, informe), Resistência à temperatura: De -10°C a 60°C, Resistência à abrasão e impactos: Alta Norma técnica: Conforme ABNT NBR 6888 (tubos de PVC para eletrodutos) e NBR 5410 para instalações elétricas	rolo	10
28	Kit Padrão de Entrada de Energia Elétrica - Trifásico. Especificações: Caixa de Medição (Padrão Concessionária): Em PVC antichama ou metálica galvanizada, Com tampa transparente ou com visor para leitura, Fechadura tipo triangular, Espaço para disjuntor e medidor (monofásico, bifásico ou trifásico), Para instalação em base metálica, chumbada no poste ou embutida. Base de Disjuntores: Disjuntor termomagnético bipolar ou tripolar, conforme carga (DIN ou NEMA), Corrente nominal: 40 A. Eletrodutos e Conduítes: Conduíte corrugado ou rígido de PVC 3/4", 1" e 1 1/4", Curvas e conexões compatíveis, Com fixadores adequados. Aterramento: Haste de aterramento cobreado 2,40 m, Fio nu de cobre 16 mm ² , conector tipo cunha ou parafuso, Solda exotérmica ou grampo de aterramento (conforme exigência). Fiação Interna: Cabos flexíveis 10 mm ² , 16 mm ² ou 25 mm ² (fase, neutro, terra), Identificados por cores conforme norma (preto, azul, verde/amarelo), Condutores com certificação INMETRO. Demais Componentes: Suporte para medidor, Barras de aterramento e neutro, Braçadeira, parafusos, buchas, fita isolante e acessórios de fixação, terminal olhal e conectores. Conforme a ABNT NBR 5410.	und	1
29	Prego Aço Polido – Medida 17x27 mm. Especificações: Tipo: Prego comum em aço, Material: Aço carbono, Acabamento: Polido ou galvanizado (conforme disponibilidade), Bitola: 17 x 27 mm, Cabeça: Redonda, Comprimento total: 27 mm, Diâmetro aproximado: 1,9 mm, Resistência à tração: Alta, para uso em madeira, Formato da ponta: Tipo diamante (facilita a penetração). Conforme a ABNT NBR 5580.	kg	20
30	Parafuso Philips para Madeira – Medida 4,5 x 50 mm – Cabeça Chata – Caixa com 500 unidades. Especificação: Tipo: Parafuso soberba para madeira, Sistema de acionamento: Philips (cruzeta / cruzado), Medidas: Diâmetro: 4,5 mm, Comprimento: 50 mm, Cabeça: Chata, com rebaixo para embutimento, Ponta: Agulha (autoperfurante em madeira), Rosca: Parcial ou total (conforme fabricante), Material: Aço carbono, Acabamento: Zincado (galvanizado) ou bicromatizado.	caixa	10
31	Torneira de Metal para Uso Externo – Rosca 1/2" ou 3/4". Material: Liga metálica (latão cromado, zamac ou alumínio com acabamento anticorrosivo), ipo de instalação: Parede (rosca externa), Rosca de entrada: 1/2" (opcional 3/4") – padrão NBR, Comando: Registro de 1/4 de volta ou volante, Bico de saída: Estriado ou com rosca externa para acoplamento de mangueira, Acabamento: Cromado, niquelado ou pintado com camada protetiva contra ferrugem, Pressão de trabalho: 2 a 40 m.c.a (metros de	und	20





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	coluna d'água), Temperatura máxima da água: 60 °C. Conforme a ABNT NBR 10281.		
32	Cabo Flexível de Cobre – 10 mm ² – Isolação 750 V – Rolo com 50 metros. Tipo: Cabo de cobre flexível (Classe 5 – NBR NM 280), Seção nominal: 10 mm ² , Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 99,9% de pureza, Isolação: PVC (policloreto de vinila), tipo BWF antichama, Tensão nominal: 450/750 V, Temperatura máxima de operação: 70 °C em serviço contínuo, Cor do isolante: Preto, vermelho, azul, Comprimento da embalagem: Rolo com 50 metros, Marcação no cabo: Nome do fabricante, seção, tensão nominal, norma técnica, data e metragem progressiva. Certificação do Produto com selo INMETRO, conforme Portaria nº 640/2012.	rolo	10
33	Cabo Flexível de Cobre 6 mm ² – Isolação 750 V – Rolo com 50 metros. Tipo: Cabo flexível (Classe 5 – NBR NM 280), Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 99,9% de pureza, Seção nominal: 6 mm ² , Isolação: PVC 70°C – Tipo BWF (antichama, antiumidade, antichoque), Tensão nominal: 450/750 V, Temperatura máxima de operação: 70 °C, Cores disponíveis: Preto, vermelho, azul, Comprimento da embalagem: Rolo com 50 metros, Marcação do cabo: Fabricante, seção, metragem progressiva, norma e tensão nominal. Certificação do Produto com selo INMETRO, conforme Portaria nº 640/2012.	und	10
34	Lâmpada LED 30W – Base E27 – Luz Branca ou Amarela - Tecnologia: LED (Diodo Emissor de Luz), Potência nominal: 30 W, Base: E27 (rosca comum), Tensão: Bivolt (100–240V), Fluxo luminoso: ≥ 2.400 lúmens, Eficiência luminosa: ≥ 80 lm/W, Temperatura de cor: Branco frio (6.500K) ou Branco morno/amarelo (2.700–3.000K), Ângulo de abertura: ≥ 180°, Índice de reprodução de cor (IRC): ≥ 80, Fator de potência: ≥ 0,90, Vida útil: Mínimo 25.000 horas, Material do corpo: Plástico com dissipador térmico interno em alumínio, Formato: Bulbo ou super bulbo (tipo T ou A).	und	40
35	Plafon de Sobrepor com Bocal E27 - Tipo: Plafon de sobrepor para teto ou parede, Bocal: Tipo E27 (rosca comum – padrão nacional), Número de bocais: 1 (um), Material da base: Plástico ABS, polipropileno ou metálico pintado (conforme modelo), Material do difusor (cúpula): Vidro leitoso, acrílico opalino ou policarbonato branco, Formato: Redondo (padrão), podendo haver variação para quadrado conforme especificação, Dimensões aproximadas: Diâmetro: 20 a 25 cm, Altura: 7 a 10 cm, Cor predominante: Branco (base e cúpula), Tensão suportada: Bivolt (127V / 220V), Potência máxima da lâmpada: 60 W (recomenda-se uso com LED de até 15W), Grau de proteção: IP20 (uso interno).	und	40
36	Refletor LED de Alta Potência – 1000 Watts – Uso Externo. Especificações: Potência nominal: 1000 W, Tecnologia: LED SMD ou COB de alta eficiência, Fluxo luminoso: ≥ 90.000 lúmens (mínimo 90 lm/W), Temperatura de cor: Branco frio (6.000K a 6.500K), Tensão de alimentação: Bivolt automático (100–240V), Frequência: 50/60 Hz, Fator de potência: ≥ 0,90, Ângulo de abertura: 90° a 120°, Índice de reprodução de cor (IRC): ≥ 70, Vida útil do LED: ≥ 30.000 horas, Grau de proteção: IP66 (uso externo – resistente à chuva e poeira), Corpo: Alumínio injetado com dissipador térmico integrado, Proteção contra surtos: Mínimo 6 kV, Cor do	und	20





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	acabamento: Preto ou cinza (conforme disponibilidade), Instalação: Suporte metálico ajustável para fixação em paredes, postes ou estruturas metálicas. Conforme a Certificação INMETRO obrigatória, conforme Portaria nº 389/2014.		
37	Pá de Trabalho com Lâmina de Metal e Cabo. Lâmina: Material: Aço carbono tratado e temperado para alta resistência, Formato: Lâmina reta ou levemente curva, com bordas afiadas para facilitar o corte no solo, Dimensões aproximadas: 25 a 30 cm de largura por 25 a 30 cm de comprimento, Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização para proteção contra corrosão, Cabo: Material: Madeira de lei ou fibra de vidro, Comprimento: Entre 100 cm e 120 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para melhor empunhadura, Acabamento: Lixado e tratado para maior durabilidade e conforto, Fixação: Lâmina fixada ao cabo por encaixe firme e reforçada com rebites ou parafusos.	und	10
38	Enxada Manual com Lâmina de Metal e Cabo. Lâmina: Material: Aço carbono ou aço carbono tratado, temperado para alta durabilidade e resistência ao desgaste, Formato: Reto ou com leve curvatura, afiado para facilitar o corte no solo, Dimensões aproximadas: 20 a 30 cm de largura por 25 a 40 cm de comprimento, Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização para proteção contra corrosão, Cabo: Material: Madeira de lei (ex: eucalipto, faia) ou fibra de vidro, conforme especificação, Comprimento: Entre 100 cm e 120 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para maior ergonomia e conforto, Acabamento: Lixado e tratado para resistência e durabilidade, Fixação: Lâmina firmemente fixada ao cabo por encaixe e reforçada com parafusos, rebites ou grampos	und	10
39	Rastelo Manual com Cabo. Cabeça do Rastelo: Material: Aço carbono tratado ou aço galvanizado para resistência à corrosão, Tipo: Dentes retos ou curvos (conforme aplicação), Número de dentes: mínimo 20 dentes, Largura aproximada: 35 a 50 cm, Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização, Cabo: Material: Madeira de lei (ex: eucalipto) ou fibra de vidro, Comprimento: Entre 120 cm e 150 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para melhor ergonomia, Acabamento: Lixado e tratado para maior durabilidade, Fixação: Cabeça firmemente fixada ao cabo por encaixe e reforçada com parafusos, rebites ou grampos	und	10
TOTAL GERAL: 958 ITENS			

3.2 MATERIAL PERMANENTE CONTAINERS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM:	UND	QUANT
------	--------------------	-----	-------





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

1	<p>Container Marítimo Padrão 40 pés - Novo ou Recondicionado. Container marítimo padrão ISO, em aço corten, próprio para transporte intermodal (navio, trem, caminhão) e reutilização como estrutura modular para armazenamento, abrigos, canteiros de obras ou instalações temporárias. Produto resistente, durável e estanque, ideal para uso externo prolongado. Características: Comprimento externo: 12,19 m, Largura externa: 2,44 m, Altura externa: 2,59 m (padrão) ou 2,89 m (high cube), Volume interno: aprox. 67 m³ (padrão), Peso bruto máximo: 32.500 kg. Material: Aço Corten (resistente à corrosão), Estrutura: Soldada, reforçada, com travessas metálicas e piso em madeira naval tratada, Piso: Madeira compensada naval de alta resistência (28 mm), com tratamento antifúngico, Portas: Duas folhas com travamento central e borracha de vedação perimetral, Pintura Externa: Primer + tinta marítima anticorrosiva, cor sob demanda, Ventilação: 2 ou mais respiros metálicos laterais, Impermeabilidade: 100% estanque à água e à luz, Fabricado conforme padrão ISO 668 e normas CSC (Container Safety Convention). Em caso de container usado, deve estar em ótimas condições estruturais e funcionais, sem furos, ferrugem profunda ou danos estruturais. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos estruturais e de estanqueidade (em containers recondicionados).</p>	UND	2
2	<p>Container Marítimo Adaptado para Escritório com Banheiro – Padrão 20 pés. Novo ou Recondicionado. Unidade modular construída a partir de container marítimo padrão, adaptada para funcionar como escritório com banheiro interno. A estrutura é reforçada e conta com revestimento térmico e acústico, instalações elétricas e hidráulicas completas, acabamento interno de qualidade e vedação adequada para uso em ambientes externos ou canteiros de obra. Características Gerais: Container marítimo padrão ISO (20 pés: 6,06m x 2,44m x 2,59m), Material: Aço Corten, com tratamento anticorrosivo, Estrutura reforçada com piso de madeira naval e barras metálicas, Portas e janelas metálicas com pintura anticorrosiva, Vedação total contra água e poeira, Paredes e teto: Revestidos com forro PVC branco ou chapa galvanizada pintada, Isolamento térmico/acústico: Lã de vidro, isopor, ou poliuretano expandido (mínimo 20 mm), Piso: Compensado naval coberto com manta vinílica, piso laminado ou cerâmica tipo PEI-3 (no banheiro), Conexão elétrica padrão ABNT NBR 5410, Quadro de disjuntores com disjuntores termomagnéticos, 4 tomadas padrão 220V/127V (mínimo), 2 luminárias LED internas no escritório e 1 no banheiro(mínimo), Interruptores e ponto de espera para ar-condicionado tipo split (até 12.000 BTUs), Tinta interna lavável, cor a definir, 1 porta externa metálica com fechadura, 1 janela em alumínio ou aço</p>	UND	1





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	galvanizado (mínimo 1,20 x 1,00 m), com vidro e grade, Ponto de ventilação superior no banheiro (exaustor ou veneziana metálica). Sistema hidráulico com tubulação PPR ou PVC soldável, Banheiro com os seguintes itens: 1 vaso sanitário com caixa acoplada, 1 lavatório com torneira metálica ou ABS cromado, 1 chuveiro elétrico (modelo 220V, 5400W ou superior), Revestimento em cerâmica ou manta vinílica nas paredes do box, Piso antiderrapante (cerâmica ou vinílico), Ralo sifonado e tubulação de esgoto com saída externa. Em caso de container usado, deve estar em ótimas condições estruturais e funcionais, sem furos, ferrugem profunda ou danos estruturais. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos estruturais e de estanqueidade (em containers reconicionados).		
	TOTAL GERAL: 3 ITENS		

4. NORMAS E PROCEDIMENTOS:

4.1. A presente proposição encontra seu fundamento na legislação vigente, em especial no art. 6, XXIII da Lei Federal 14.133/2021, que dispõe sobre licitações e contratos no âmbito da administração pública, e no Decreto 4646/PMAP/2023, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo do Município de Alto Paraíso - RO.;

4.2. A Contratação do objeto descrito no presente Termo de Referência dar-se-á por meio de procedimento licitatório, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, devidamente regulamentado pela Lei nº 14.133/2021

4.3. Decreto Federal nº11.462/2023 de 31 de março de 2023. Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMO COMUNS:

Os produtos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de comuns nos termos do art.6º, XIII, Lei nº 14.133/2021 bens comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado. Desta forma, a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

6.1 A presente demanda será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, quando ao final do certame, depois de homologada a licitação, será lavrada Ata de Registro de Preços firmando o compromisso de fornecimento.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

6.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua publicação e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84, Lei nº 14.133/2021)

6.3 O contrato a ser assinado entre as partes terá sua vigência a partir de sua assinatura em conformidade com as disposições contidas (parágrafo único, art. 84, Lei nº 14.133/2021).

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO AQUISIÇÃO:

7.1. Os valores estimados para a AQUISIÇÃO contratação foram obtidos por meio de cotações solicitadas por servidor lotado na Prefeitura Municipal, responsável pela elaboração da pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 23, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de estimativa de custos no Estudo Técnico Preliminar.

Para efeito de planejamento, definiu-se um valor preditivo com base nas cotações realizadas no ano de 2025, considerando possíveis reajustes decorrentes das variações mercadológicas, garantindo maior precisão e previsibilidade no orçamento.

As cotações contemplam tanto os materiais de construção civil necessários à execução do objeto quanto os containers que serão utilizados como escritório e almoxarifado, assegurando a infraestrutura mínima necessária para o funcionamento do Centro de Triagem de Resíduos.

7.2 O critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, conforme o Art. 6, XXIII, "i" da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA:

A gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos é uma obrigação legal e uma necessidade estratégica para os municípios, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentações correlatas. Atualmente, o município de Alto Paraíso enfrenta desafios significativos no manejo desses resíduos, com elevada geração de rejeitos, baixa taxa de reciclagem e ausência de infraestrutura adequada para a triagem e valorização dos materiais recicláveis.

A implantação de um Centro de Triagem de Resíduos Sólidos é essencial para atender às exigências legais, promover a sustentabilidade ambiental e otimizar a gestão municipal. Tal medida possibilitará:

- A segregação e valorização dos materiais recicláveis, reduzindo o volume destinado a aterros e, consequentemente, os custos de disposição final;
- A inclusão social e geração de renda, por meio do fortalecimento de associações e cooperativas de catadores;
- A redução de impactos ambientais negativos, como contaminação do solo e emissão de gases poluentes, alinhando-se aos compromissos municipais com a proteção ambiental;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

- A melhoria da qualidade de vida da população, por meio de práticas ambientalmente corretas e educação ambiental associada ao projeto.

A contratação AQUISIÇÃO para execução deste objeto está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente no que tange à necessidade de elaboração de Termo de Referência (art. 6º, inciso XXIII), garantindo transparência, planejamento adequado e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Adicionalmente, a iniciativa integra as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), além de estar prevista nas ações do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), atendendo, assim, aos princípios da economicidade, legalidade e interesse público.

A aquisição permitirá o atendimento a determinação da Instrução Normativa nº 05/2025 da SEDAM, que autoriza o descarte de resíduos verdes e RCC no lixão municipal até a data limite de 31/12/2025. O município após essa data deverá de dispor de local adequado para triagem e tratamento destes resíduos.

Portanto, a implantação do Centro de Triagem justifica-se pela urgência em promover uma gestão sustentável, eficiente e legalmente adequada dos resíduos sólidos, garantindo benefícios ambientais, sociais e econômicos ao Município e sua população.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Estudo Técnico Preliminar correrão a através do projeto de atividade abaixo relacionado da seguinte secretaria previsto no orçamento do exercício de 2025:

Material de Consumo

Unidade Orçamentária - 02.10.01 – SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 3.3.90.30.00

Ficha: 249

Material Permanente

Unidade Orçamentária - 02.10.01 – SEMA

Projeto Atividade: 18.541.1002.2047.0000

Elemento despesa: 4.4.90.52.00

Ficha: 252

O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho, conforme a necessidade da secretaria. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez)





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações que constarão no Termo de Referência e na proposta. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações que constarão no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do instrumento de contrato.

10. LOCAL DE ENTREGA:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, localizada no endereço Rua Deise Rigotto, Nº3149, Bairro: Setor 1 deste Município.

11. DO PRAZO DE ENTREGA:

O prazo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho, conforme a necessidade da secretaria. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações que constarão no Termo de Referência e na proposta. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações que constarão no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do instrumento de contrato.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO. O Presente termo utiliza-se do Procedimento Auxiliar – Sistema de Registro de Preços, previsto no Art. 78, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021. 5.2 Exigências de habilitação

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.3 Habilitação jurídica;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

12.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresase-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.10 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Habilitação fiscal, social e trabalhista.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

12.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.17 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13. DO PAGAMENTO:

13.1 O pagamento à licitante vencedora será efetuado em moeda corrente, através de Ordem Bancária, após apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada por servidor designado pela Contratante, referente os valores no período vigente.

13.2 As Notas Fiscais que forem apresentadas com erro serão devolvidas a empresa contratada para retificação e reapresentação.

13.3. Os pagamentos das Notas Fiscais somente serão efetivados em até 30 dias após a verificação da regularidade da empresa contratada, com a apresentação das certidões necessárias para esse fim: certidões (negativas ou positivas com efeito de negativa) de regularidade fiscal junto a Fazenda Federal e INSS,





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Fazenda Estadual e Municipal (relativas ao domicílio ou sede do licitante), FGTS e CNDT (art. 68, III, Lei nº. 14.133/2021).

13.4 Caberá a Secretaria Municipal de Fazenda (SEMAF) a averiguação da disponibilidade financeira para efetuar o pagamento.

14. AS SANÇÕES:

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) Multa de:

- 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na entrega do material, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 5% (cinco por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

- 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

c) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

14.4 Autoridades competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As empresas licitantes deverão submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência. O termo foi requisitado e elaborado através de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis.

Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133, de 2021.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026

Abertura:/...../2026

Horário:h.....min.

Objeto:

Identificação da empresa (Razão Social/Endereço/Município/Estado

Fone/Fax: _____ E-MAIL: _____

Conta Corrente n.º _____, Agência n.º _____ Banco _____

Identificação do responsável legal da empresa: _____ CPF: _____ RG: _____

Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à licitação em epígrafe, objetivando “**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**”

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QUANT.	V. UNIT	V. TOTAL
1	UND	Poste de Concreto para Cerca – Modelo Padrão (Sem Curva). Poste de concreto pré-moldado, modelo padrão reto (sem curvatura), destinado à instalação de cercas de arame farpado, arame liso ou alambrado. Com as seguintes características: Altura: 2,10 metros, Seção transversal: 10 cm x 10 cm, concreto usinado com resistência mínima de 20 MPa, Armadura interna em aço CA-50 ou CA-60 conforme norma ABNT NBR 7480, Acabamento liso, isento de falhas e trincas aparentes, Pontas chanfradas para facilitar a instalação no solo, es estimado por unidade: conforme densidade padrão do concreto (aproximadamente 50 a 60 kg, podendo variar conforme fabricante. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos de fabricação.	500	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

2	UND	Flange para Tubulação – Diâmetro Nominal 20 mm. Diâmetro nominal: 20 mm (3/4”), Material: PVC, Tipo de flange: flange para válvula/tubo, Acabamento: Superfície lisa, sem rebarbas, Pressão de trabalho: Conforme especificação do sistema hidráulico (mínima 16 bar), Dimensões: Conforme norma técnica (diâmetro externo, diâmetro interno, espessura e número de furos). Conforme a ABNT NBR 10944.	6	R\$	R\$
3	UND	Flange para Tubulação – Diâmetro 40 mm – Classe PN ou Classe ANSI. Especificação: Tipo: flange para válvula/tubo, Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2”), Padrão: Classe PN: PN 10, PN 16 ou PN 25, Classe ANSI: 150 lbs (padrão para PVC), Material: PVC rígido (para redes de irrigação ou hidráulicas), Polietileno (PEAD) para redes de adutoras e recalque, Furação: Conforme norma NBR 7675 (PN) ou ANSI B16.5 (padrão americano), Acabamento: Superfície lisa ou galvanizada (em metais), Resistente à corrosão e ao desgaste. Conforme a ABNT NBR 7675.	6	R\$	R\$
4	TUBO	Adesivo (Cola) para Tubos e Conexões de PVC. Tipo: Adesivo solvente para PVC rígido, Composição: Solventes orgânicos com resinas vinílicas, Estado físico: Líquido viscoso, pronto para uso, Cor: Transparente ou azul claro (conforme fabricante), Capacidade da embalagem: 175 g (mínima), Validade: Mínimo 12 meses a partir da data de fabricação, Aplicação: Manual, com pincel aplicador integrado ou separado, Secagem inicial: 10 a 15 minutos. Conforme a ABNT NBR 7653.	20	R\$	R\$
5	UND	Registro de Gaveta ou Registro Esfera – Diâmetro	3	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		Nominal 40 mm (1.1/2"). Tipo: Registro de gaveta ou registro esfera (especificar conforme aplicação), Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2"), Conexão: Soldável ou roscável (conforme modelo), Material: Corpo: PVC rígido, latão cromado, bronze ou ferro fundido (especificar conforme uso), Haste e mecanismo interno: Aço inox ou liga metálica resistente à corrosão, Acionamento: Volante ou alavanca, Pressão de serviço: Mínimo 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a), podendo variar conforme modelo, Temperatura de trabalho: Até 60 °C (em PVC) ou ≥ 100 °C (em metais).			
6	ROLO	Fita Veda Rosca – Teflon (PTFE) – Uso Hidráulico. Material: 100% PTFE (politetrafluoretileno), Largura: 12 mm (padrão nacional), Comprimento do rolo: 10 m (mínimo), Espessura: Mínima de 0,075 mm (padrão recomendado), Cor: Branco, Temperatura de trabalho: -100°C a +260°C, Resistência à pressão: Até 200 kgf/cm ² , Compatibilidade: Água potável, ar comprimido, gases, vapor, óleos e produtos químicos, Aplicação: Manual, enrolando sobre roscas de conexões.	20	R\$	R\$
7	UND	Caixa d'Água em Polietileno – Capacidade 500 Litros, com Tampa. Caixa d'água fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD), de cor azul ou preta, com proteção contra raios ultravioleta (UV), dotada de tampa rosqueável ou de encaixe com travamento, garantindo vedação eficiente. Produto destinado ao armazenamento de água potável em edificações residenciais, comerciais, rurais ou industriais. Características: Capacidade Nominal: 500 litros, Material: Polietileno de alta densidade	2	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		(PEAD), Cor: Azul (preferencialmente), com tratamento anti-UV, Tampa: Com fechamento por rosca ou encaixe com trava de segurança, Acabamento: Superfície lisa interna e externa, facilitando a limpeza, Resistência: Estrutura resistente a impactos, intempéries e variações térmicas, Atóxica, própria para contato com água potável, Compatível com conexões padrão de saída e entrada de água (rosca de ¾", 1" ou conforme modelo), Fundo reforçado para evitar deformações. Deve atender às exigências da norma ABNT NBR 14799 (Caixas d'água de polietileno – requisitos e métodos de ensaio). Garantia: Mínimo de 5 anos contra defeitos de fabricação (ou conforme garantido pelo fabricante).			
8	SACO	Cimento Portland (Tipo CP II-E-32, ou conforme demanda) – Embalagem de 50 kg. CP II-E-32: Cimento Portland composto com adição de escória, ideal para obras em geral e uso cotidiano na construção civil. Características: Saco de papel kraft triplo com peso líquido de 50 kg, Embalagem resistente e devidamente identificada com lote, validade e tipo do cimento, com informações do fabricante, data de fabricação e número do lote visíveis, Produto conforme norma ABNT NBR 16697, Resistência mínima à compressão: 32 MPa (aos 28 dias, para o CP II-E-32), Não deve conter grumos, endurecimento precoce ou apresentar sinal de umidade, Produto com validade mínima de 90 dias a contar da data de entrega. Garantia: contra defeitos de fabricação até a data de validade.	30	R\$	R\$
9	UND	Conector Redução Soldável – PVC – 40 mm x 20	10	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		mm. Tipo: Redução soldável, Diâmetro nominal: Entrada: 40 mm, Saída: 20 mm, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Marrom (padrão para água fria), Conexão: Termofusão por solda com adesivo específico para PVC, Pressão de trabalho: Mínima de 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a.), Temperatura de trabalho: Até 45 °C (uso com água fria). Conforme a ABNT NBR 5648.			
10	TUBO	Tubo de PVC Soldável – Diâmetro 40 mm – Para Água Fria. Tipo: Tubo soldável para água fria, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Diâmetro nominal (DN): 40 mm (1.1/2”), Comprimento: Barras de 6 metros (padrão), Cor externa: Marrom (padrão para linha soldável), Conexão: Por soldagem química (com adesivo específico para PVC), Pressão de serviço: 7,5 kgf/cm ² (75 m.c.a.) a 20 °C, Temperatura de trabalho: Até 45 °C, Superfície interna: Lisa, para reduzir perdas de carga. Conforme a ABNT NBR 5648.	10	R\$	R\$
11	TUBO	Tubo Soldável de PVC para Água Fria DN 20 – Diâmetro Nominal 20 mm (3/4"). Tubo de PVC rígido soldável, destinado à condução de água fria sob pressão em instalações hidráulicas prediais. Características: Material: PVC (Policloreto de Vinila) rígido, tipo soldável, Diâmetro Nominal: 20 mm (3/4"), Comprimento: Barras de 6 metros (padrão), Pressão nominal: 7,5 kgf/cm ² (PN 75), Temperatura máxima de serviço: 20°C (em regime contínuo), Extremidades: Lisas, prontas para soldagem química (adesivo PVC), Fabricado conforme ABNT NBR 5648 (Sistema PVC soldável	30	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		para água fria), Produto novo, isento de rachaduras, bolhas ou deformações, Superfície interna lisa, sem rebarbas, para garantir melhor escoamento. Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.			
12	ROLO	Mangueira para Jardim – 30 Metros, Características: 4 Camadas. Comprimento: 30 metros, Diâmetro interno: 1/2" (12,7 mm) ou 5/8" (15,8 mm), Construção: 4 camadas (dupla camada de PVC com reforço em malha de poliéster e revestimento externo antiabrasivo), Pressão de trabalho: Mínima de 150 lbf/pol ² (10,5 kgf/cm ²), Temperatura de uso: de 5°C a 50°C, Resistência UV: Sim (proteção contra raios ultravioleta), Resistência à torção e dobra: Alta, com memória mecânica para evitar dobras permanentes, com conectores padrão para torneira e engate rápido (rosqueáveis, compatíveis com torneiras 1/2" e 3/4").	3	R\$	R\$
13	UND	Curva de Esgoto em PVC – 90 graus – Diâmetro 40 mm. Tipo: Curva 90°, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Bitola nominal (DN): 40 mm, Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta lisa (encaixe com bolsa para junta soldável ou anel de borracha, dependendo da linha), Pressão de serviço: Para sistemas de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).	10	R\$	R\$
14	UND	Conexão Tê PVC Esgoto – Diâmetro Nominal 40 mm. Tipo: Tê de esgoto com derivação a 90°, Diâmetro nominal: 40 mm (1.1/2"), Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta soldável (encaixe com	5	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		adesivo para PVC), Pressão de serviço: Uso exclusivo em redes de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).			
15	UND	Conexão Tê PVC Esgoto – Diâmetro Nominal 100 mm. Tipo: Tê esgoto com derivação de 90°, Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Cor: Branco (padrão para esgoto sanitário), Conexão: Junta soldável (encaixe com adesivo PVC), Pressão de serviço: Escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura máxima de trabalho: Até 45 °C (uso contínuo).	5	R\$	R\$
16	UND	Tampa para Tubulação de Esgoto – Diâmetro 100 mm. Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Material: PVC rígido ou polipropileno de alta resistência, Cor: Branco ou cinza (padrão para redes de esgoto), Tipo: Tampa lisa ou com borda para encaixe seguro na tubulação, Acabamento: Superfície lisa, resistente a impactos e corrosão, Aplicação: Vedação temporária ou definitiva de tubulações de esgoto.	10	R\$	R\$
17	TUBO	Curva PVC Esgoto – Ângulo 90° – Diâmetro Nominal 100 mm. Tipo: Curva de 90° para esgoto, Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Diâmetro nominal: 100 mm (4"), Cor: Branco (padrão para esgoto), Conexão: Junta soldável (encaixe com adesivo específico para PVC), Pressão de serviço: Para uso em sistemas de escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de operação: Até 45 °C (uso contínuo).	10	R\$	R\$
18	TUBO	Tubo de PVC para Esgoto DN 40 – Diâmetro	8	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		Nominal 40 mm. Características: Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Tipo de junta: Encaixe simples (sem anel), para soldagem química, Diâmetro nominal: 40 mm (1 1/2”), Comprimento da barra: 6 metros (padrão), Pressão de serviço: Uso exclusivo para escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de serviço: Até 45°C contínuos. Produto fabricado conforme a norma ABNT NBR 5688.			
19	TUBO	Tubo de PVC para Esgoto DN 100 – Diâmetro Nominal 100mm. Características: Material: PVC rígido (policloreto de vinila), Tipo de junta: Encaixe simples (sem anel), para soldagem química, Diâmetro nominal: 40 mm (4”), Comprimento da barra: 3 metros (padrão), Pressão de serviço: Uso exclusivo para escoamento por gravidade (sem pressão), Temperatura de serviço: Até 45°C contínuos. Produto fabricado conforme a norma ABNT NBR 5688.	6	R\$	R\$
20	UND	Treliça soldada em aço 3 metros – Armadura Pré-fabricada. Material: Aço CA-50 ou CA-60 (para concreto armado), com diâmetro nominal das barras conforme projeto (mínima 5 mm), Formato: Malha pré-fabricada em formato retangular ou quadrado, Dimensões padrão: malhas de 2,0 m x 3,0 m, Espaçamento entre barras longitudinais: de 15 cm, Acabamento: Aço com superfície limpa, sem ferrugem excessiva, com passivação natural ou tratamento anticorrosivo opcional. Conforme ABNT NBR 7480.	20	R\$	R\$
21	MILHEIRO	Tijolo Cerâmico Furado – 6 Furos. Características: Tipo: Tijolo cerâmico furado (6 furos longitudinais),	1	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		Quantidade de furos: 6, Formato: Retangular, Dimensões aproximadas: Comprimento: 23 cm, Altura: 11 cm, Largura: 7 cm (Tolerância conforme NBR 15270), Peso unitário: Aproximadamente 2,5 kg (pode variar conforme fabricante), Resistência mínima à compressão: $\geq 1,5$ MPa, Absorção de água: entre 15% e 25% (conforme NBR 15270).			
22	ROLO	Mangueira para Irrigação por Gotejamento – Rolo com 200 metros. Características: Tipo: Mangueira de irrigação por gotejamento (gotejadores incorporados), Comprimento do rolo: 200 metros, Diâmetro externo: 16 mm (padrão para gotejo), Material: Polietileno de baixa densidade (PEBD) flexível, resistente à radiação UV, Espessura da parede: $\geq 0,9$ mm, Espaçamento entre gotejadores: 50 cm, Vazão por gotejador: 1,6 L/h ou 2,0 L/h (pressão de operação: 1 bar), Pressão de trabalho recomendada: 1 a 1,5 bar, Resistência a entupimento: Alta, com labirinto turbulento nos gotejadores, Durabilidade: ≥ 2 safras (uso prolongado em campo aberto), Gotejadores injetados diretamente na tubulação (não perfurados posteriormente), Fabricado com resina virgem e aditivo anti-UV,	2	R\$	R\$
23	UND	Filtro de Disco para Irrigação – 2 polegadas – Vazão até 30 m ³ /h. Especificações: Tipo: Filtro de disco (elemento filtrante por lamelas/discos empilhados), Conexão: Rosca BSP ou NPT de 2" (polegadas) – macho ou fêmea, Vazão máxima recomendada: 30 m ³ /h (500 L/min), Pressão máxima de trabalho: 8 kgf/cm ² (116 psi), Grau de filtragem (malha equivalente): 120 mesh (125 micra) ou	1	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		conforme necessidade, Elemento filtrante: Cartucho de discos plásticos empilhados com canaletas para retenção de partículas, Corpo: Polímero termoplástico (polipropileno ou nylon reforçado), resistente a produtos químicos e UV, Vedação: Anel de borracha nitrílica (NBR) ou EPDM, Limpeza: Manual por retrolavagem. Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação			
24	ROLO	Fio Elétrico Flexível de Cobre – Seção 4 mm ² – Rolo com 50 metros. Especificações: Tipo: Cabo/fio elétrico flexível (classe 4 ou 5), Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 100% cobre, Seção nominal: 4 mm ² , Comprimento do rolo: 50 metros, Isolamento: Composto termoplástico à base de PVC, tipo BWF (antichama), Tensão nominal de operação: 450/750V, Temperatura máxima de operação: 70°C em regime contínuo, Cores disponíveis: Vermelho, preto, azul (conforme solicitado).	8	R\$	R\$
25	UND	Caixa de Disjuntores para 6 Módulos. Material: Plástico termofixo (ABS, PVC ou polipropileno) ou aço galvanizado, Capacidade: Espaço para até 6 disjuntores padrão DIN (6 módulos), Dimensões aproximadas: Altura: 300 mm, Largura: 180 mm, Profundidade: 90 mm, Tipo: Embutir ou sobrepor (especificar conforme necessidade), Cor: Branco, cinza ou conforme padrão do cliente, Porta: Transparente ou opaca, com sistema de trava ou fechamento seguro, Proteção: Grau mínimo IP30 (proteção contra corpos sólidos e contato acidental), Fixação: Furos para fixação em parede ou embutir em alvenaria, Suporte interno: Trilho DIN para	6	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		fixação dos disjuntores. Conforme as ABNT NBR IEC 60947-1 e ABNT NBR IEC 60439-1.			
26	UND	Tomada Elétrica 10 Amperes para sobrepor. Especificações: Corrente nominal: 10 A, Tensão nominal: 127 V ou 220 V (compatível com as redes locais), Tipo de instalação: Sobrepor (caixa externa), Padrão: ABNT NBR 14136 (pino redondo, com sistema de aterramento), Material: Plástico termofixo de alta resistência (antichama e isolante), Contato: Latão ou cobre com acabamento niquelado para melhor condutividade e durabilidade, Dimensões aproximadas: Conforme padrão de mercado para tomadas de sobrepor, Sistema de fixação: Parafusos, com caixa de montagem para parede ou superfície. Certificação de segurança e qualidade conforme INMETRO ou órgão equivalente.	15	R\$	R\$
27	ROLO	Conduíte PVC rígido para instalações elétricas – diâmetro nominal 3/4" (19 mm) – rolo com 50. Especificações: Diâmetro nominal: 3/4" (aproximadamente 19 mm), Comprimento: Rolo com 50 metros, Material: PVC rígido flexível, resistente a impacto e agentes químicos, Tipo: Conduíte flexível corrugado (se for rígido, informe), Resistência à temperatura: De -10°C a 60°C, Resistência à abrasão e impactos: Alta Norma técnica: Conforme ABNT NBR 6888 (tubos de PVC para eletrodutos) e NBR 5410 para instalações elétricas	10	R\$	R\$
28	UND	Kit Padrão de Entrada de Energia Elétrica - Trifásico. Especificações: Caixa de Medição (Padrão Concessionária): Em PVC antichama ou	1	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		metálica galvanizada, com tampa transparente ou com visor para leitura, Fechadura tipo triangular, Espaço para disjuntor e medidor (monofásico, bifásico ou trifásico), para instalação em base metálica, chumbada no poste ou embutida. Base de Disjuntores: Disjuntor termomagnético bipolar ou tripolar, conforme carga (DIN ou NEMA), Corrente nominal: 40 A. Eletrodutos e Conduítes: Conduíte corrugado ou rígido de PVC 3/4", 1" e 1 1/4", Curvas e conexões compatíveis, com fixadores adequados. Aterramento: Haste de aterramento cobreado 2,40 m, Fio nu de cobre 16 mm ² , conector tipo cunha ou parafuso, Solda exotérmica ou grampo de aterramento (conforme exigência). Fiação Interna: Cabos flexíveis 10 mm ² , 16 mm ² ou 25 mm ² (fase, neutro, terra), identificados por cores conforme norma (preto, azul, verde/amarelo), Condutores com certificação INMETRO. Demais Componentes: Suporte para medidor, Barras de aterramento e neutro, Braçadeira, parafusos, buchas, fita isolante e acessórios de fixação, terminal olhal e conectores. Conforme a ABNT NBR 5410.			
29	KG	Prego Aço Polido – Medida 17x27 mm. Especificações: Tipo: Prego comum em aço, Material: Aço carbono, Acabamento: Polido ou galvanizado (conforme disponibilidade), Bitola: 17 x 27 mm, Cabeça: Redonda, Comprimento total: 27 mm, Diâmetro aproximado: 1,9 mm, Resistência à tração: Alta, para uso em madeira, Formato da ponta: Tipo diamante (facilita a penetração). Conforme a ABNT NBR 5580.	20	R\$	R\$
30	CAIXA	Parafuso Philips para Madeira – Medida 4,5 x 50	10	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		mm – Cabeça Chata – Caixa com 500 unidades. Especificação: Tipo: Parafuso soberba para madeira, Sistema de acionamento: Philips (cruzeta / cruzado), Medidas: Diâmetro: 4,5 mm, Comprimento: 50 mm, Cabeça: Chata, com rebaixo para embutimento, Ponta: Agulha (autoperfurante em madeira), Rosca: Parcial ou total (conforme fabricante), Material: Aço carbono, Acabamento: Zincado (galvanizado) ou bicromatizado.			
31	UND	Torneira de Metal para Uso Externo – Rosca 1/2" ou 3/4". Material: Liga metálica (latão cromado, zamac ou alumínio com acabamento anticorrosivo), ipo de instalação: Parede (rosca externa), Rosca de entrada: 1/2" (opcional 3/4") – padrão NBR, Comando: Registro de 1/4 de volta ou volante, Bico de saída: Estriado ou com rosca externa para acoplamento de mangueira, Acabamento: Cromado, niquelado ou pintado com camada protetiva contra ferrugem, Pressão de trabalho: 2 a 40 m.c.a (metros de coluna d'água), Temperatura máxima da água: 60 °C. Conforme a ABNT NBR 10281.	20	R\$	R\$
32	ROLO	Cabo Flexível de Cobre – 10 mm ² – Isolação 750 V – Rolo com 50 metros. Tipo: Cabo de cobre flexível (Classe 5 – NBR NM 280), Seção nominal: 10 mm ² , Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 99,9% de pureza, Isolação: PVC (policloreto de vinila), tipo BWF antichama, Tensão nominal: 450/750 V, Temperatura máxima de operação: 70 °C em serviço contínuo, Cor do isolante: Preto, vermelho, azul, Comprimento da embalagem: Rolo com 50 metros, Marcação no cabo: Nome do fabricante, seção, tensão nominal, norma técnica, data e metragem	10	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		progressiva. Certificação do Produto com selo INMETRO, conforme Portaria nº 640/2012.			
33	ROLO	Cabo Flexível de Cobre 6 mm ² – Isolação 750 V – Rolo com 50 metros. Tipo: Cabo flexível (Classe 5 – NBR NM 280), Condutor: Cobre eletrolítico, têmpera mole, 99,9% de pureza, Seção nominal: 6 mm ² , Isolação: PVC 70°C – Tipo BWF (antichama, antiumidade, antichoque), Tensão nominal: 450/750 V, Temperatura máxima de operação: 70 °C, Cores disponíveis: Preto, vermelho, azul, Comprimento da embalagem: Rolo com 50 metros, Marcação do cabo: Fabricante, seção, metragem progressiva, norma e tensão nominal. Certificação do Produto com selo INMETRO, conforme Portaria nº 640/2012.	10	R\$	R\$
34	UND	Lâmpada LED 30W – Base E27 – Luz Branca ou Amarela - Tecnologia: LED (Diodo Emissor de Luz), Potência nominal: 30 W, Base: E27 (rosca comum), Tensão: Bivolt (100–240V), Fluxo luminoso: ≥ 2.400 lúmens, Eficiência luminosa: ≥ 80 lm/W, Temperatura de cor: Branco frio (6.500K) ou Branco morno/amarelo (2.700–3.000K), Ângulo de abertura: ≥ 180°, Índice de reprodução de cor (IRC): ≥ 80, Fator de potência: ≥ 0,90, Vida útil: Mínimo 25.000 horas, Material do corpo: Plástico com dissipador térmico interno em alumínio, Formato: Bulbo ou super bulbo (tipo T ou A).	40	R\$	R\$
35	UND	Plafon de Sobrepor com Bocal E27 - Tipo: Plafon de sobrepor para teto ou parede, Bocal: Tipo E27 (rosca comum – padrão nacional), Número de bocais: 1 (um), Material da base: Plástico ABS, polipropileno ou metálico pintado (conforme	40	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		modelo), Material do difusor (cúpula): Vidro leitoso, acrílico opalino ou policarbonato branco, Formato: Redondo (padrão), podendo haver variação para quadrado conforme especificação, Dimensões aproximadas: Diâmetro: 20 a 25 cm, Altura: 7 a 10 cm, Cor predominante: Branco (base e cúpula), Tensão suportada: Bivolt (127V / 220V), Potência máxima da lâmpada: 60 W (recomenda-se uso com LED de até 15W), Grau de proteção: IP20 (uso interno).			
36	UND	Refletor LED de Alta Potência – 1000 Watts – Uso Externo. Especificações: Potência nominal: 1000 W, Tecnologia: LED SMD ou COB de alta eficiência, Fluxo luminoso: ≥ 90.000 lúmens (mínimo 90 lm/W), Temperatura de cor: Branco frio (6.000K a 6.500K), Tensão de alimentação: Bivolt automático (100–240V), Frequência: 50/60 Hz, Fator de potência: $\geq 0,90$, Ângulo de abertura: 90° a 120°, Índice de reprodução de cor (IRC): ≥ 70 , Vida útil do LED: ≥ 30.000 horas, Grau de proteção: IP66 (uso externo – resistente à chuva e poeira), Corpo: Alumínio injetado com dissipador térmico integrado, Proteção contra surtos: Mínimo 6 kV, Cor do acabamento: Preto ou cinza (conforme disponibilidade), Instalação: Suporte metálico ajustável para fixação em paredes, postes ou estruturas metálicas. Conforme a Certificação INMETRO obrigatória, conforme Portaria nº 389/2014.	20	R\$	R\$
37	UND	Pá de Trabalho com Lâmina de Metal e Cabo. Lâmina: Material: Aço carbono tratado e temperado para alta resistência, Formato: Lâmina reta ou	10	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		levemente curva, com bordas afiadas para facilitar o corte no solo, Dimensões aproximadas: 25 a 30 cm de largura por 25 a 30 cm de comprimento, Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização para proteção contra corrosão, Cabo: Material: Madeira de lei ou fibra de vidro, Comprimento: Entre 100 cm e 120 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para melhor empunhadura, Acabamento: Lixado e tratado para maior durabilidade e conforto, Fixação: Lâmina fixada ao cabo por encaixe firme e reforçada com rebites ou parafusos.			
38	UND	Enxada Manual com Lâmina de Metal e Cabo. Lâmina: Material: Aço carbono ou aço carbono tratado, temperado para alta durabilidade e resistência ao desgaste, Formato: Reto ou com leve curvatura, afiado para facilitar o corte no solo, Dimensões aproximadas: 20 a 30 cm de largura por 25 a 40 cm de comprimento, Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização para proteção contra corrosão, Cabo: Material: Madeira de lei (ex: eucalipto, faia) ou fibra de vidro, conforme especificação, Comprimento: Entre 100 cm e 120 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para maior ergonomia e conforto, Acabamento: Lixado e tratado para resistência e durabilidade, Fixação: Lâmina firmemente fixada ao cabo por encaixe e reforçada com parafusos, rebites ou grampos	10	R\$	R\$
39	UND	Rastelo Manual com Cabo. Cabeça do Rastelo: Material: Aço carbono tratado ou aço galvanizado para resistência à corrosão, Tipo: Dentes retos ou curvos (conforme aplicação), Número de dentes: mínimo 20 dentes, Largura aproximada: 35 a 50 cm,	10	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		Acabamento: Pintura eletrostática ou galvanização, Cabo: Material: Madeira de lei (ex: eucalipto) ou fibra de vidro, Comprimento: Entre 120 cm e 150 cm, Formato: Cilíndrico ou anatômico para melhor ergonomia, Acabamento: Lixado e tratado para maior durabilidade, Fixação: Cabeça firmemente fixada ao cabo por encaixe e reforçada com parafusos, rebites ou grampos			
40	UND	Container Marítimo Padrão 40 pés - Novo ou Recondicionado. Container marítimo padrão ISO, em aço corten, próprio para transporte intermodal (navio, trem, caminhão) e reutilização como estrutura modular para armazenamento, abrigos, canteiros de obras ou instalações temporárias. Produto resistente, durável e estanque, ideal para uso externo prolongado. Características: Comprimento externo: 12,19 m, Largura externa: 2,44 m, Altura externa: 2,59 m (padrão) ou 2,89 m (high cube), Volume interno: aprox. 67 m ³ (padrão), Peso bruto máximo: 32.500 kg. Material: Aço Corten (resistente à corrosão), Estrutura: Soldada, reforçada, com travessas metálicas e piso em madeira naval tratada, Piso: Madeira compensada naval de alta resistência (28 mm), com tratamento antifúngico, Portas: Duas folhas com travamento central e borracha de vedação perimetral, Pintura Externa: Primer + tinta marítima anticorrosiva, cor sob demanda, Ventilação: 2 ou mais respiros metálicos laterais, Impermeabilidade: 100% estanque à água e à luz, Fabricado conforme padrão ISO 668 e normas CSC (Container Safety Convention). Em caso de container usado, deve	02	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		estar em ótimas condições estruturais e funcionais, sem furos, ferrugem profunda ou danos estruturais. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos estruturais e de estanqueidade (em containers reconicionados).			
41	UND	Container Marítimo Adaptado para Escritório com Banheiro – Padrão 20 pés. Novo ou Reconicionado. Unidade modular construída a partir de container marítimo padrão, adaptada para funcionar como escritório com banheiro interno. A estrutura é reforçada e conta com revestimento térmico e acústico, instalações elétricas e hidráulicas completas, acabamento interno de qualidade e vedação adequada para uso em ambientes externos ou canteiros de obra. Características Gerais: Container marítimo padrão ISO (20 pés: 6,06m x 2,44m x 2,59m), Material: Aço Corten, com tratamento anticorrosivo, Estrutura reforçada com piso de madeira naval e barras metálicas, Portas e janelas metálicas com pintura anticorrosiva, Vedação total contra água e poeira, Paredes e teto: Revestidos com forro PVC branco ou chapa galvanizada pintada, Isolamento térmico/acústico: Lã de vidro, isopor, ou poliuretano expandido (mínimo 20 mm), Piso: Compensado naval coberto com manta vinílica, piso laminado ou cerâmica tipo PEI-3 (no banheiro), Conexão elétrica padrão ABNT NBR 5410, Quadro de disjuntores com disjuntores termomagnéticos, 4 tomadas padrão 220V/127V (mínimo), 2 luminárias LED internas no escritório e 1 no banheiro(mínimo), Interruptores e ponto de espera para ar-condicionado tipo split (até	01	R\$	R\$





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

		12.000 BTUs), Tinta interna lavável, cor a definir, 1 porta externa metálica com fechadura, 1 janela em alumínio ou aço galvanizado (mínimo 1,20 x 1,00 m), com vidro e grade, Ponto de ventilação superior no banheiro (exaustor ou veneziana metálica). Sistema hidráulico com tubulação PPR ou PVC soldável, Banheiro com os seguintes itens: 1 vaso sanitário com caixa acoplada, 1 lavatório com torneira metálica ou ABS cromado, 1 chuveiro elétrico (modelo 220V, 5400W ou superior), Revestimento em cerâmica ou manta vinílica nas paredes do box, Piso antiderrapante (cerâmica ou vinílico), Ralo sifonado e tubulação de esgoto com saída externa. Em caso de container usado, deve estar em ótimas condições estruturais e funcionais, sem furos, ferrugem profunda ou danos estruturais. Garantia: Mínimo de 12 meses contra defeitos estruturais e de estanqueidade (em containers reconicionados).			
--	--	---	--	--	--

Nossa proposta tem o preço global fixado em: **R\$(.....)**.

O prazo de entrega: Conforme especificação constante no Termo de Referência

O prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da apresentação desta proposta.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Local, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do Representante Legal





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO IV
(MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026
Abertura:/...../2026
Horário: ...h.....min.

Objeto: O presente processo versa sobre: **“SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES”**, tudo conforme termo de referência Anexo II, deste Edital.

A empresa _____, inscrita no CNPJ N.º _____, sediada no(a) _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG n.º _____ e CPF N.º _____, **para os fins de direito**, especificamente para participação desta licitação, o que se segue:

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021”.

I - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação.

III - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

IV - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

V - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VIII - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IX - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

X - Sob as penas da Lei e a quem interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e atendendo a exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno ou em ambiente perigoso ou insalubre, ou menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

XI - Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021)

DECLARO ainda que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Local e data

Nome e assinatura do Representante Legal

O CNPJ DA EMPRESA





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO V

(Modelo de DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE L/C 123/06.)

A Prefeitura Municipal de Alto Paraíso

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2026

Abertura:/...../2026

Horário:h.....min.

Objeto: “SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.”

A Empresa _____ inscrita no CNPJ n.º _____, pessoa jurídica de direitos privados, sediada à Rua _____ Município de _____, por intermédio de seu representante legal Sr. _____ portador da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____.

DECLARA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico acima citado sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, beneficiará do Tratamento diferenciado e favorecido estabelecido por Lei, sendo considerada:

() **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

() **COOPERATIVA**, conforme disposto no artigo 16 da Lei n.º 14.133, de 2021.

() **AGRICULTOR FAMILIAR/ PRODUTOR RURAL**, conforme Decreto n.º 8.538, de 2015.

DECLARA AINDA não possuir nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 estando apto a usufruir do tratamento diferenciado.

E tem ciência de que a “Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará o crime de que trata no Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/202, e neste Edital.

(Local e data)

(Nome, cargo e CPF do Declarante)

CNPJ da empresa





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO VI
DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA), por seu Representante legalmente constituído, DECLARA, sob as penas da lei que:

- a) Está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013 e Decreto Municipal nº 2.021, de 09/05/2017) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
- b) Se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.
- c) Na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção
- d) A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.
- e) Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1837/2025

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e cinco, na Cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, sito na Marechal Rondon – n.º. 3031-Centro Alto Paraíso – RO, CEP. 76.862-000, pessoa jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ SOB N.º 63.762.025/0001-42, representada pelo Prefeito Municipal João Pavan e o Gerente do Sistema de Registro de Preços o Sr. Thiago Santos de Souza **RESOLVEM** nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e Decreto Municipal n.º 4646/2023 – **PMAP**, registrar os preços das empresas que sagraram-se vencedoras no certame do **Pregão Eletrônico n.º XXXX/2026**, devidamente regulamentado pelo **Processo Administrativo n.º 1837/2025**, objetivando o “**SISTEMA REGISTRO DE PREÇO VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE TRIAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – SEMA, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.**” totalizando **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)** da seguinte forma:

DETENTORES:

01 XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
PREPOSTO(A): XXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: xxx.XXXX.xxx-XXXX

ITEM	QUANT.	UND.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL

Total: R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx)

- O prazo para entrega dos produtos / prestação dos serviços, será conforme especificações no Termo de referência, e após recebimento da Nota de empenho, de acordo com requisição emitida pelo gestor da pasta, das quais constarão à data de expedição, especificação do item, quantitativos, prazo, local, preço unitário e total.
- O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos contando da data da apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

3. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à empresa, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
4. O gestor da Ata de Registro de Preços será a **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXX**, e o departamento de almoxarifado será responsável pela conferência das Notas Fiscais emitidas e certificadas pela Comissão de Fiscalização e Recebimento da secretaria solicitante.
5. Os prepostos das empresas acima qualificados deverão fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, prestar toda assistência e orientação que se fizerem necessárias.
6. Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, as secretarias municipais da Prefeitura de Alto Paraíso que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
7. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
8. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.
9. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
10. As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
11. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.
12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

13. A Ata de Registro de Preços e seus contratos decorrentes podem ser extintos antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
14. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas firmar compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
15. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia
- 15.1 O prazo que se refere o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 15.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
16. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
17. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.
18. As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
19. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.
- b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

Sistema de Registro de Preços, considerando o inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 11.462/2023, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

20. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 35 do Decreto nº 11.462/2023.

21. Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá se credenciar no processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

16. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

17. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, conforme inciso VIII, do art. 15, Decreto nº 11.462/2023, quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

18. Na hipótese de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá, excepcionalmente, exigir amostra ou prova de conceito do bem na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que justificada a necessidade de sua apresentação, conforme previsto no inciso XIV do Decreto Federal 11.462/2023.

19. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

- II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.
20. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa
21. Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.
- 27.1 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.
- 21.2. A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.
22. A impugnação deverá ser endereçada ao presidente de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@altoparaíso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo presidente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), pelo telefone (069) 3534-2981) ou ainda, protocolado o original junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.
23. Ao receber a impugnação, o presidente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.
24. Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

entender pertinentes.

25. Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

26. Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

27. Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva conforme inciso XII do art. 15, Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

28. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

29. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

30. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

31. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

32. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

33. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

34. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

41. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

42. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

43. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023 deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva, caso exista, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

44. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

45. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

46. Após a assinatura do contrato, se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

50. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

51. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021).

52. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

53. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

54. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

55. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

56. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

57. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

58. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

59. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

60. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa





Estado de Rondônia
Prefeitura do Município de Alto Paraíso/RO
Comissão Permanente de Licitação - CPL

e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

61. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

62. Mais informações poderão ser adquiridas via e-mail: cpl@altoparaíso.ro.gov.br, ou pelo telefone (069) 3534-2981) ou ainda junto a Prefeitura Municipal de Alto Paraíso-RO, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, situada na R. Marechal Cândido Rondon, 3031 Centro – CEP: 76.862-000.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrado a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Alto Paraíso, XXXX de XXXXXXXX de 2026.

JOAO PAVAN
Prefeito Municipal

Thiago Santos de Souza
Gerente do Sistema de Registro de Preço - GSRP

DETENTORES:

CNPJ N.º:

CPF n.º:

Detentor da Ata







Município de Alto Paraíso

63.762.025/0001-42

Rua Marechal Cândido Rondon, 3031 - Centro

www.altoparaíso.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Edital	- de Licitação PE002-26	15/01/2026
ID: 555014	Processo	Documento
CRC: D86524D8		
Processo: 1-1837/2025		
Usuário: BRUNA QUINAIA		
Criação: 15/01/2026 08:51:42	Finalização: 15/01/2026 08:53:32	
MD5: 13B59696CC4A3020119B8A3A1D263ABB		
SHA256: 5B304B2522A560AF60E8DFAFE7E03EFB507C06D98ACDE0F1B1B1F5EAF2707143		

Súmula/Objeto:

Edital - de Licitação PE002-26

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO	ALTO PARAÍSO	RO	15/01/2026 08:51:42
--------------------------------------	--------------	----	---------------------

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE	15/01/2026 08:51:42
-----------------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 BRUNA QUINAIA	PREGOEIRA	15/01/2026 08:53:53
--	-----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3.202/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.altoparaíso.ro.gov.br informando o ID 555014 e o CRC D86524D8.